

O Relato da Experiência dos Cursos de Espeleoturismo para Guias e Condutores na Região da Bacia do São Francisco



Autores:

Marcela Pimenta Campos Coutinho

Patrícia Reis Pereira

Isabela Rosa Sette

O Relato da Experiência dos Cursos de Espeleoturismo para Guias e Condutores na Região da Bacia do São Francisco



Autores:

Marcela Pimenta Campos Coutinho

Patrícia Reis Pereira

Isabela Rosa Sette



Brasília - 2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE - IABS

Luís Tadeu Assad – Diretor Presidente

Eric Jorge Sawyer – Diretor Técnico

CENTRO NACIONAL DE PESQUISA E CONSERVAÇÃO DE CAVERNAS - CECAV

Jocy Brandão Cruz – Chefe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas

FUNBIO/TFCA

Rosa Lemos de Sá – Secretária Geral

Fabio Leite – Gestor da Unidade de Programas

Natália Prado Lopes Paz – Gerente do TFCA

EQUIPE TÉCNICA CECAV/ICMBio

Issamar Meguerditchian - Analista Ambiental

Lindalva Ferreira Cavalcanti - Analista Ambiental

Maristela Felix de Lima - Analista Ambiental

EQUIPE TÉCNICA IABS

Marcela Pimenta Campos Coutinho – Coordenadora Geral

Cibele do Carmo Santana Sawyer – Coordenadora Administrativo/Financeira

Patrícia Reis Pereira – Responsável Técnica

REVISÃO TÉCNICA

André Afonso Ribeiro - CECAV

Cristiano Fernandes Ferreira - CECAV

Diogo de Medeiros Bento - CECAV

José Carlos Ribeiro Reino - CECAV

PROJETO GRÁFICO

Alberto de S. P. Valladão - IABS

Toro Criativo

EDITORAÇÃO

Editora IABS

O Relato da Experiência dos Cursos de Espeleoturismo para Guias e Condutores na Região da Bacia do São Francisco / Marcela Pimenta Campos Coutinho, Patrícia Reis Pereira e Isabela Rosa Sette (autores). Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS / Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – CECAV / Tropical Forest Conservation Act - TFCA / Editora IABS, Brasília-DF, Brasil - 2014.

ISBN 978-85-64478-30-5

88 p.

1. Meio Ambiente 2. Espeleologia 3. Turismo e Condução Ambiental I. Título. II. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade – IABS. III. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – CECAV. IV. Tropical Forest Conservation Act - TFCA. V. Editora IABS.

CDU: 338.48

377

502/504



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Projeto Cursos de Espeleoturismo para Guias e Condutores	8
2. MEIO AMBIENTE E ESPELEOLOGIA.....	19
2.1 Aspectos Introdutórios	19
2.2 As Unidades de Conservação no Brasil	22
2.3 Patrimônio Natural e Espeleologia	26
2.4 Importância do tema para o Condutor	29
2.5 Relato da experiência	31
3. NOÇÕES EM CONDUÇÃO E PRIMEIROS SOCORROS.....	35
3.1 Aspectos Introdutórios	35
3.2 Normas Técnicas em Turismo de Aventura e o Condutor de Turismo.....	38
3.3 Noções Básicas em Primeiros Socorros	46
3.4 A Importância do Tema para o Condutor	49
3.5 Relato da experiência	50
4. TURISMO E SUSTENTABILIDADE.....	59
4.1 Aspectos Introdutórios	59
4.2 Os impactos do turismo e a sustentabilidade.....	60
4.3 Planejamento e Gestão do Turismo	65
4.4 A Experiência Turística.....	70
4.5 A Importância do Tema para o Condutor	71
4.6 Relato da experiência	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
6. APOIADORES	84
7. REFERÊNCIAS	85





Gruta da Palmeira - São Desidério/BA

Foto: Patrícia Reis

1. INTRODUÇÃO

The top half of the page features a decorative graphic with a light beige background. It consists of a dark silhouette of a jagged, mountain-like or cave-like top edge. Below this, there are white silhouettes of people and birds. On the left, a person is shown in profile, looking towards the right. In the center and right, several birds are depicted in flight, their wings spread. The overall style is minimalist and artistic, suggesting a natural or cave environment.

Nas últimas décadas, presencia-se a expansão da atividade econômica no Brasil com conseqüente aumento da pressão sobre os recursos naturais. Tornou-se iminente a necessidade de um aparato legal para garantir a proteção do patrimônio espeleológico nacional, bem como normatizar seu uso. Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 20, inciso X, instituiu que as cavidades naturais subterrâneas são bens da União.

O Decreto nº 99.556, de 1º de outubro de 1990, veio regulamentar a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas (CECAV) foi instituído em 5 de junho de 1997, como centro especializado voltado ao estudo, à proteção e ao manejo de cavernas, enquadrado na categoria de Unidade Descentralizada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Após a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por meio da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, o CECAV passa a compor sua estrutura, conforme Portaria ICMBio nº 78, de 3 de setembro de 2009.

O CECAV tem como competência e objetivos produzir – por meio da pesquisa científica, do ordenamento e da análise técnica de dados – o conhecimento necessário à conservação do patrimônio espeleológico, além de executar e auxiliar ações de manejo para a conservação dos ambientes cavernícolas e espécies associadas (CECAV, 2014).

Em 10 de setembro de 2004, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) publicou a Resolução nº 347, que instituiu o Cadastro Nacional de Informações Espeleológicas (Canie), além de trazer ao arcabouço jurídico outros dispositivos de conservação do patrimônio espeleológico.

Com a edição do Decreto nº 6.640, de 7 de novembro de 2008, houve profunda alteração da regulamentação da proteção e do uso das cavidades naturais subterrâneas, permitindo, mediante licenciamento ambiental, impactos negativos irreversíveis à parte do patrimônio espeleológico brasileiro, sendo regulamentado posteriormente pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 20 de agosto de 2009.

Em 30 de setembro de 2009, é lançada a Portaria MMA no 358, que instituiu o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (PNCPE), com o objetivo de desenvolver a estratégia nacional de conservação e uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.

No mesmo ano, o ICMBio estabeleceu estratégias para elaboração e implementação de planos de ação nacionais para espécies e ecossistemas (envolvendo parceiros externos), conferindo aos centros de pesquisa e conservação a competência para coordená-los (CECAV, 2012).

O CECAV ficou responsável, portanto, pela construção participativa e coordenação do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas, tendo sido escolhida a Bacia do Rio São Francisco (PAN Cavernas do São Francisco), sendo que o documento final deste plano, explica a escolha da região:

O PAN Cavernas do São Francisco é o primeiro plano de ação realizado com abordagem territorial.

Dentro desse contexto e diante do grande número de empreendimentos e atividades potencial e comprovadamente lesivos ao Patrimônio Espeleológico, o CECAV propôs o Plano de Ação Nacional para a Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco - PAN Cavernas do São Francisco, com o objetivo geral de garantir a conservação do patrimônio espeleológico brasileiro, por meio do conhecimento, promoção do uso sustentável e redução dos impactos antrópicos, prioritariamente nas áreas cársticas da Bacia do Rio São Francisco, nos próximos cinco anos.

O Plano de Ação Nacional tem abordagem geográfica por bacia, pois procura tratar não somente do ambiente físico e biótico da caverna como também da sua área de influência, que inclui uma série de relações ambientais, econômicas e sociais (BRASIL, 2012).

O PAN Cavernas do São Francisco foi construído de forma participativa, por meio de cinco oficinas participativas e com 130 representantes de 70 instituições públicas e privadas. Seu objetivo é contribuir para a conservação do patrimônio espeleológico brasileiro, por meio do conhecimento, promoção do uso sustentável e redução dos impactos antrópicos, prioritariamente na sua área de abrangência, nos próximos cinco anos (CECAV, 2012).

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) vem se envolvendo com o tema espeleologia, e participou ativamente no processo de construção desse plano de ação nacional, tanto junto do CECAV na condução das oficinas

participativas, quanto como membro destas oficinas realizadas. Atualmente, compõe o Grupo Assessor¹ que acompanha as atividades.

O IABS é uma associação privada sem fins lucrativos qualificada pelo Ministério da Justiça como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Seu objetivo permanente é contribuir para o bem-estar social, o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades em níveis internacional, nacional, regional e local. Isso tudo considerando a integridade e qualidade socioambiental, o desenvolvimento e o fortalecimento institucional, a defesa do patrimônio natural e cultural, a melhoria da qualidade de vida e a garantia do acesso a tais benefícios às gerações presentes e futuras (IABS, 2014).

A colaboração entre IABS e CECAV foi ampliada em 2014 quando as duas instituições assinaram um termo de reciprocidade² de 03 de fevereiro de 2014, cujo objetivo é a cooperação conjunta para o desenvolvimento de projetos e ações voltados à conservação e ao uso sustentável do patrimônio espeleológico brasileiro.

Por um lado, o IABS executa ações relacionadas ao desenvolvimento local, tendo o turismo como uma das principais ferramentas de apoio às comunidades, por meio do seu Núcleo de Turismo. Por outro lado, dentre as atividades levantadas como principais impactos potenciais aos ambientes cavernícolas está a adaptação ao turismo e(ou) ao uso religioso e a visitação descontrolada. Os fatores supracitados fizeram com que a cooperação IABS-CECAV para execução das ações do PAN Cavernas do São Francisco tivesse início pelo turismo.

No final de 2012, foi identificada uma oportunidade de financiamento de uma das ações de turismo do PAN Cavernas em um edital do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), dentro do Programa Acordo TFCA (Tropical Forest Conservation Act), Chamada 4/2012, tema prioritário III – Capacitação – 3.1 – Projetos de Capacitação de indivíduos.

A ação foi programada no âmbito do Objetivo Específico 8.0 – Implementação de estratégias para formação de pessoal diretamente envolvido com o tema espeleologia, visando gestão, estudo e uso sustentável –, sendo o 8.4 – Ministrar “cursos livres” de capacitação para guias e condutores de espeleoturismo (CECAV, 2012).

Este livro tem o propósito de contar a experiência do projeto e trazer conceitos correlatos à área do espeleoturismo.

1 Portaria de 2 de março de 2012 – institui o Grupo Assessor para acompanhar a implementação e realizar monitoria do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco – PAN Cavernas do São Francisco – Publicado no Diário Oficial da União de 5 de março de 2012.

2 Extrato de Reciprocidade de 3 de fevereiro de 2014 – Diário Oficial da União, p. 169.

A publicação foi estruturada em cinco capítulos, sendo eles: introdução, meio ambiente e espeleologia, noções em condução e primeiros socorros, turismo e sustentabilidade e considerações finais. O primeiro e o último capítulos fazem uma apresentação do projeto e apresentam seus aspectos positivos e pontos a melhorar, respectivamente. Os três capítulos intermediários trazem a teoria relacionada ao trabalho do condutor e relata a experiência do projeto, fazendo uma conexão entre os aspectos teóricos e práticos.

1.1 Projeto Cursos de Espeleoturismo para Guias e Condutores

O objetivo geral do projeto foi capacitar guias e condutores de espeleoturismo do Alto São Francisco (ASF), do Médio São Francisco (MSF) e do Baixo São Francisco (BSF) em temas relacionados a meio ambiente, cultura, espeleologia, turismo, além de normas de segurança para assegurar experiências sustentáveis e de alta qualidade nas visitas turísticas em cavernas.

Dentre os objetivos específicos, estavam elaborar conteúdo e material didático, constituir equipe do projeto e realizar cursos de capacitação em espeleoturismo para guias e condutores no Alto, no Médio e no Baixo São Francisco, com duração de 120 horas, para até 30 participantes, definidos em conjunto com o CECAV.

Figura 1 - Turma ASF - Parque Estadual do Itacolomi/MG



Foto: Patrícia Reis

Figura 2 - Turma BSF - Laranjeiras/SE



Foto: Patrícia Reis

Figura 3 - Turma MSF - São Desidério/BA



Foto: Patrícia Reis

Em um primeiro momento, foi estabelecida a equipe de coordenação do projeto pelo IABS que contava com um coordenador-geral, um responsável técnico e um responsável administrativo. O próximo passo foi realizar uma reunião de planejamento do projeto com o CECAV, o que determinou o local do primeiro curso e as datas de realização dos três cursos.

O estado de Minas Gerais foi escolhido para ser o piloto do primeiro curso de espeleoturismo realizado no âmbito do projeto, uma vez que conta com grande parte do patrimônio espeleológico da região do PAN Cavernas do São Francisco e com diversos profissionais envolvidos com espeleoturismo nas grutas abertas à visitação.

Outra decisão tomada na reunião de planejamento foi tentar viabilizar a execução do curso em formato de imersão, ou seja, ter todos os participantes mobilizados durante cada semana do curso em um só lugar. Seria uma forma de criar uma sinergia entre o grupo e estabelecer um foco acerca do curso. As datas e locais para a execução dos cursos foram pré-definidas conforme tabela a seguir.

Tabela 1 – Datas e locais dos cursos e das visitas técnicas

	CURSO I (ASF)	CURSO II (MSF)	CURSO III (BSF)
Local	Parque Estadual do Itacolomi - Ouro Preto/MG	São Desidério/BA	Laranjeiras/SE e Campo Formoso/BA
Módulo I	De 9 a 13 set. 2013	De 24 a 28 mar. 2014	De 10 a 14 fev. 2014
Módulo II	De 14 a 19 out. 2013	De 5 a 9 maio 2014	De 10 a 14 mar. 2014
Módulo III	De 18 a 22 nov. 2013	De 2 a 6 jun. 2014	De 7 a 11 abr. 2014
Dia de campo	Gruta Rei do Mato/Gruta da Lapinha/Gruta do Maquiné	Gruta das Palmeiras/Gruta do Catão/Gruta da Beleza/Sítio do Rio Grande	Pedra Furada/Toca da Raposa/Toca do Angico/Toca da Barriguda

Figura 4 - Atividade em equipe (ASF)



Foto: Patrícia Reis

Figura 5 - Atividade em equipe (MSF)



Foto: Patrícia Reis

Figura 6 - Atividade em equipe (BSF)



Foto: Patrícia Reis

A ementa para o curso foi pré-estabelecida no projeto, assim como o número de horas. Seriam 120 horas/aula para cada curso, em três módulos de 40 horas/aula, sendo o último dia de cada módulo dedicado a visitação.

Durante a reunião de planejamento inicial, a equipe de coordenação se preocupou com a conexão entre a aula teórica e a aula prática, tendo sido definido o tema da visitação em cada módulo. O CECAV, como contrapartida do projeto, ficou responsável por

ministrar as aulas de espeleologia. Os professores escolhidos para ministrar as demais aulas estão dispostos nos quadros a seguir, assim como as informações referentes à ementa do curso.

Tabela 2 - MÓDULO 1 – Meio Ambiente, Cultura e Espeleologia (40 horas)

TEMÁTICA	DETALHES	PROFESSOR	HORAS/AULA
Introdução/informações gerais sobre o curso e metodologia a ser utilizada	Cronograma dos cursos	Coordenador ou técnico do projeto	30 min
	Logística de cada curso		
	Apresentação dos Instrutores		
	Informações gerais		
Meio Ambiente e Cultura	Unidades de Conservação (legislação em geral/aspectos relacionados ao uso turístico)	Heros Lobo – UFSCar	16 h/a
	Patrimônio espeleológico		
	Patrimônio arqueológico		
	Patrimônio paleontológico		
	Histórico da ocupação		
	Aspectos socioeconômicos e patrimônio histórico cultural (como insumo para a condução)		
Espeleologia	Introdução à história da espeleologia e legislação sobre o tema	Cecav:	16 h/a
	Introdução à geoespeleologia	André Afonso Ribeiro,	
	Introdução à biologia subterrânea	Diego de Medeiros Bento,	
	Impactos ambientais ao patrimônio espeleológico	José Carlos Ribeiro Reino e	
	Plano de Manejo Espeleológico	Cristiano Fernandes Ferreira	
Visita de campo	Foco: Descoberta	Cecav	8 h/a
	Descobrir o mundo subterrâneo e seus aspectos relacionados ao meio ambiente, à cultura e à espeleologia		



Tabela 3 - MÓDULO 2 – O Trabalho do Monitor / Condutor Ambiental / Segurança e Primeiros Socorros (40 horas)

TEMÁTICA	DETALHES	PROFESSOR	HORAS/AULA
Introdução/informações Gerais sobre o curso e metodologia a ser utilizada	Cronograma dos cursos	Coordenador ou técnico do projeto	30 min
	Logística de cada curso		
	Apresentação dos instrutores		
	Informações gerais		
Noções em Condução Turística	Monitor/condutor local e sua atuação profissional	Edner Brasil	16 h/a
	Planejamento e técnicas de condução de grupos em áreas naturais		
	Apresentação pessoal e postura profissional (ética profissional)		
	Atividades lúdicas e educativas na natureza (jogos e atividades que visem à integração do grupo e ao entendimento do indivíduo como parte construtiva da sociedade)		
	Monitoramento e manejo da visitação pública		
	Noções básicas de orientação e navegação		
	Práticas de interpretação de trilhas, cavernas e outros atrativos, princípios das atividades de mínimo impacto		
	Prevenção de impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades		
Segurança e Primeiros Socorros	Legislação e trabalho dos condutores/monitores ambientais	Márcio Rocha Dias e Edner Brasil	16 h/a
	Comunicação (sensibilidade do entorno; construção de discurso explicativo; da ideia à fala; expressão de ideias através dos gestos; o corpo como agente de expressão)		
	Noções básicas para o gerenciamento de riscos em equipamentos, primeiros socorros e animais peçonhentos		
	Plano de contingência		
Visita de campo	Acessibilidade	Márcio Rocha Dias e Edner Brasil	8 h/a
	Noções de prevenção de acidentes e combate a incêndios		
	Foco: Condução Turística na Prática		
	Colocar em prática os principais aspectos estudados em relação a condução turística		

Tabela 4 - MÓDULO 3 – Organização Comunitária e Agenda Local 21 – A Construção de um Turismo Sustentável (40 horas).

TEMÁTICA	DETALHES	PROFESSOR	HORAS/AULA
Introdução/informações gerais sobre o curso e metodologia a ser utilizada	Cronograma dos cursos	Coordenador ou técnico do projeto	30 min
	Logística de cada curso		
	Apresentação dos instrutores		
	Informações gerais		
Turismo e Sustentabilidade	Conceitos básicos de turismo, tipologia turística, turismo na atualidade e tendências	Mauro Coutinho	16 h/a
	Conceitos de sustentabilidade (linhas gerais)		
	Relação entre turismo e sustentabilidade		
	Turismo na comunidade e princípios do planejamento turístico		
	O condutor e a cadeia produtiva do turismo		
	Áreas de visitação e roteiros turísticos (exemplos)		
Gestão Turística	Associativismo e cooperativismo	Jussara Rocha	16 h/a
	Empreendedorismo individual		
	Estudo de mercado (importância: dar exemplo de estudos realizados em cavernas do mundo)		
	Marketing turístico		
	Infraestrutura local e regional		
Visita de campo	Foco: Experiência Turística	Jussara Rocha	8 h/a
	Utilização das ferramentas estudadas para enriquecer a experiência turística do visitante		

Iniciou-se a partir da reunião de planejamento as articulações com o governo de Minas Gerais para viabilização do curso em formato de imersão. Foi solicitado ao Instituto Estadual de Florestas (IEF) o espaço no Parque Estadual do Sumidouro, próximo às cavernas, para facilitar o dia de campo previsto para cada módulo. Como o parque supracitado não tinha capacidade para hospedar os 30 participantes, além dos professores e da equipe do projeto, foi disponibilizado o Parque Estadual do Itacolomi, onde foi realizado o curso, localizado próximo a Ouro Preto, distante cerca de 90 km de Belo Horizonte.

Outro fator importante para o sucesso do curso seria os meios de divulgação. Era fundamental que os principais envolvidos com o espeleoturismo soubessem da existência do curso de capacitação. Neste sentido, o CECAV elaborou um ofício direcionado aos gestores de unidades de conservação estaduais e federais informando sobre as inscrições do curso, ao mesmo tempo em que a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais

(Setur/MG) mobilizou os envolvidos com o tema ligados aos circuitos turísticos mineiros e o IEF acionou os gestores de unidades de conservação.

O IABS, por sua vez, divulgou o curso nas redes sociais e disponibilizou um link em seu site com a ficha de inscrição. O CECAV apoiou na divulgação com matéria na página do ICMBio.

As inscrições ficaram abertas durante 15 dias úteis e o número de inscritos surpreendeu a todos os envolvidos: foram 86 inscritos para 30 vagas em Minas Gerais. Fazia-se necessário definir os critérios de seleção para ter os participantes com perfil mais apropriado para atingir ao objetivo geral do projeto que era assegurar experiências sustentáveis e de alta qualidade nas visitas turísticas em cavernas.

Nesse sentido, foram definidos os critérios de seleção, adaptados às características das demais regiões do São Francisco:

- 1) ser guia ou condutor de espeleoturismo;
- 2) atuar em região cársticas na área de abrangência do Alto São Francisco;
- 3) atuar nas áreas protegidas que possuem potencial turístico para o espeleoturismo no Alto São Francisco
- 4) disponibilidade para participar de todos os módulos.

O grupo de participantes foi bastante heterogêneo, sendo formado por condutores ambientais, guias, guarda parques e empresários.

Figura 7 - Grupo do Alto São Francisco



Foto: Patrícia Reis

A região do Alto São Francisco definitivamente funcionou como um piloto para os demais cursos por ter sido o primeiro curso executado, pela alta articulação dos atores do meio ambiente e turismo e pelo alto grau de exigência dos participantes.

O *feedback* dado pelos participantes por meio das fichas de avaliação fez com que a equipe do projeto e os instrutores aprimorassem sua metodologia.

Da mesma forma, para os cursos do Médio e do Baixo São Francisco, a equipe do projeto realizou as articulações necessárias para viabilizar o curso em formato de imersão, uma vez que estava comprovado o sucesso do método. Sendo assim, foi realizada uma visita *in loco* em cada uma das regiões, em janeiro de 2014, para definir, com os parceiros do projeto, os locais para alojamento e aulas.

Nesse momento, incorporou-se ao projeto outro importante apoiador: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF). A contrapartida oferecida pelo CHBSF foi a compra das passagens aéreas dos instrutores do curso do Baixo e do Médio São Francisco, o que permitiu ampliar as ações de divulgação do projeto, como é o caso do vídeo-documentário e livro com a experiência do projeto.

No caso do Baixo São Francisco, ficou definida a cidade de Laranjeiras, Região Metropolitana de Aracaju, em Sergipe, como sede do curso. Nessa região, o patrimônio espeleológico ainda não é totalmente conhecido e a visitação em cavernas é incipiente. Sendo assim, foi definido que o curso seria divulgado também para os condutores de espeleoturismo de Campo Formoso e mediações no norte da Bahia, uma vez que a distância para Laranjeiras/SE era menor que para São Desidério/BA, local escolhido para o curso do Médio São Francisco.

Conforme esperado, o número de inscritos para o curso do Baixo São Francisco foi menor que do Alto, sendo 46 inscritos para 30 vagas. A divulgação seguiu a mesma estratégia do curso anterior. Já o processo seletivo passou por adaptações, devido às particularidades da região: não foi exigida a atuação como guia e condutor, apesar de tais profissionais terem tido preferência.

Figura 8 - Grupo de Participantes do Baixo São Francisco



Foto: Patrícia Reis

No Baixo São Francisco, o projeto contou com apoio direto da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH/SE) e das Prefeituras Municipais de Campo Formoso/BA e Laranjeiras/SE, além do precioso apoio do Grupo de Espeleologia Centro da Terra, presente durante a execução de todo o curso. O perfil do público se diferenciava dos alunos da região do Alto São Francisco, com exceção dos alunos de Campo Formoso, que atuam efetivamente com o espeleoturismo: eram em sua maioria profissionais do turismo, mas com pouca experiência em cavernas.

O local escolhido para realização do curso do Médio São Francisco foi São Desidério/BA, onde houve 53 inscritos para 30 vagas. A equipe de coordenação do projeto acredita que esse número poderia ser maior, por conta do destaque da região em relação ao patrimônio espeleológico e visitação em cavernas e do elevado número de profissionais envolvidos na atividade.

Figura 9 - Grupo de participantes do Médio São Francisco

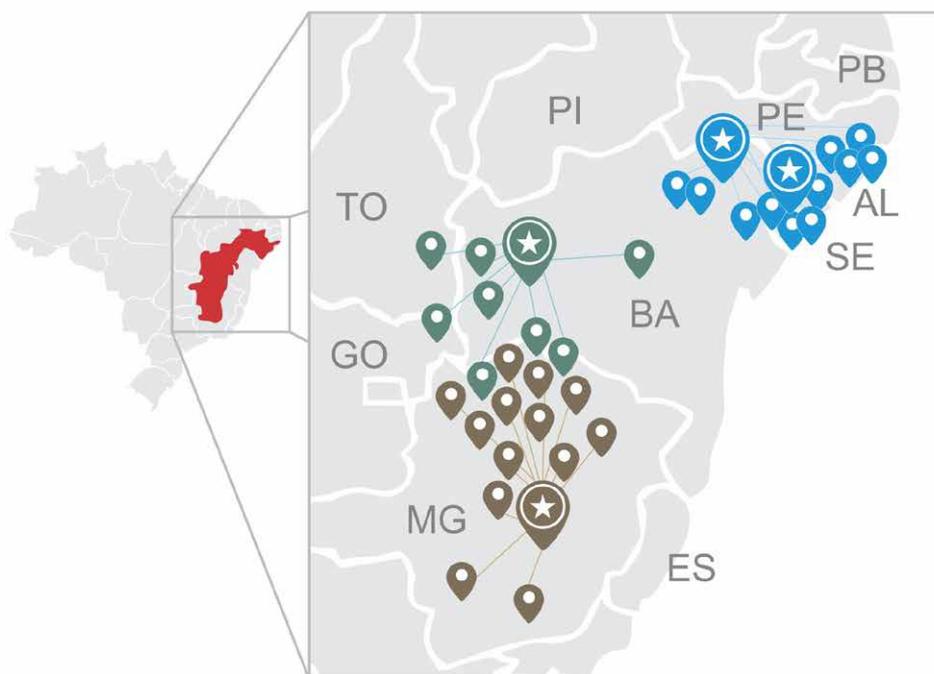


Foto: Patrícia Reis

O principal apoiador na região do Médio São Francisco foi a Prefeitura Municipal de São Desidério/BA. Já a Prefeitura Municipal de Iraquara/BA providenciou os transportes dos participantes daquele município. Um destaque desse curso foram as grandes distâncias percorridas pelos guias e condutores do norte de Minas Gerais e do Tocantins para garantir sua participação.

Ao final dos cursos, foi feita uma análise das fichas de avaliação dos alunos para verificar os aspectos positivos e pontos a melhorar. Além disso, a equipe de coordenação se reuniu internamente e com o grupo de instrutores para avaliação do curso. O resultado dessa análise estará descrito no capítulo de considerações finais deste livro.

Figura 10: Mapa das cidades-sede dos cursos e origem dos participantes



Alto São Francisco

Local de realização do curso:
Parque Estadual do Itacolomi-MG

Cidades participantes:
Belo Horizonte,
Lagoa Santa, Jaboticatubas,
Matosinhos, Pedro Leopoldo,
Sete Lagoas, Cordisburgo, Januária,
Paracatu, Carrancas, Cônego Marinho,
Montes Claros e Buenópolis
(todas em Minas Gerais).

Médio São Francisco

Local de realização do curso:
São Desidério/BA

Cidades participantes:
Montes Claros/MG, Januária/MG,
Itacarambi/MG, Correntina/BA,
Iraquara/BA, Barreiras/BA,
Dianópolis/TO, São Domingos/GO
e Chapada dos Guimarães/MT

Baixo São Francisco

Local de realização do curso:
Laranjeiras/SE e Campo Formoso/BA

Cidades participantes:
Nossa Senhora
do Socorro/SE, Aracaju/SE,
São Cristóvão/SE, Simão Dias/SE,
Penedo/AL, Pão de Açúcar/AL,
Piranhas/AL, Olho d'Água do
Casado/AL, Delmiro Gouveia/AL,
Senhor do Bonfim/BA,
Campo Formoso/BA
e Paripiranga/BA

Fonte: IABS

2. MEIO AMBIENTE E ESPELEOLOGIA

2.1 Aspectos Introdutórios

O homem está em constante interação com o meio ambiente que o cerca, pois ele é “ao mesmo tempo, parte, causa, e consequência das modificações que o ambiente vem ‘sofrendo’ ao longo da evolução” (FERRETI, 2002, p. 2).

Figura 11 - Toca da Barriguda – Campo Formoso/BA

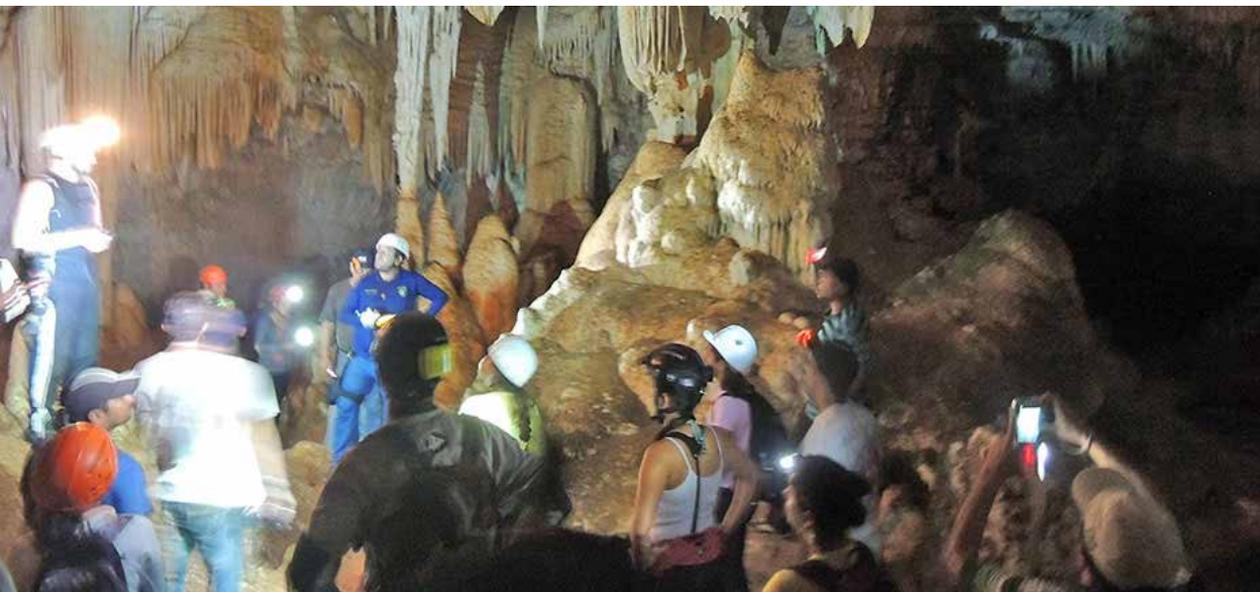


Foto: Patrícia Reis

É possível observar que nos últimos anos houve um grande crescimento da preocupação do homem em relação aos danos que o processo de desenvolvimento vem causando ao meio ambiente.

Dentro desse contexto, destaca-se que a criação de áreas protegidas se deu como medida de conservação do patrimônio natural, histórico, cultural e artístico existente, vindo ao encontro da preocupação crescente de preservação ambiental. A primeira área natural protegida do mundo foi criada em 1872 nos Estados Unidos — o Parque Nacional de Yellowstone.

Hosaka (2009) ressalta que, no período entre 1872 e 1940, o enfoque principal da criação de áreas protegidas estava centrado na preservação de espécies de animais e plantas. No período seguinte, entre 1940 e 1970, esse enfoque começou a ser ampliado, incluindo ecossistemas, biomas e elementos do patrimônio arqueológico. Contudo, o avanço maior ocorreu em 1972, a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, na Suécia. Monteiro (2000) aponta esse evento como um marco mundial para o ambientalismo e para a conservação da natureza.

Em âmbito nacional, destaca-se que a preocupação e a regulamentação da apropriação dos recursos naturais começa a ser percebida nos anos 1930, quando o estado brasileiro assume um papel articulador e regulador, garantindo a efetivação de políticas nacionais. A partir dos anos 1950, com o início da estratégia de industrialização do país, o estado passa a ser o planejador, produtor de insumos e fornecedor de infraestrutura básica, sendo o “administrador” dos recursos naturais do país. Nesse período, são implementadas algumas medidas regulatórias, como o Código das Águas, o Código da Mineração e o Código Florestal (SANCHEZ, 1999).

No entanto, é a partir dos anos 1970 (com grande influência da Conferência de Estocolmo, citada anteriormente) que o debate ambiental e sua inserção na agenda política brasileira ganha mais força. Nesse período, surge também o movimento ambientalista brasileiro (VIOLA, 1987).

A Política Nacional de Meio Ambiente foi instituída, em 1981, pela Lei nº 6938, de 31 de agosto. De acordo com o art. 2º da referida lei, a política tem como objetivo

[...] preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

Dentre os objetivos estabelecidos pela Política Nacional de Meio Ambiente, está a “compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico” (art. 4º, I) e a difusão e divulgação de dados e informações para “formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico” (art. 4º, V).

Segundo Sanchez (1999, p. 26), a nova lei se configura em uma tentativa de “sistematização da matéria ambiental no quadro jurídico institucional” e é a primeira a definir legalmente o conceito de meio ambiente, que passou a ser considerado um patrimônio público a ser assegurado e protegido, tendo em vista o seu uso coletivo.

A Lei nº 6.938/1981 instituiu também o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), formado pelos órgãos e entidades da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios responsáveis pela proteção, melhoria e recuperação da qualidade ambiental no Brasil. A lei estabelece ainda o Conama, órgão integrado por representantes do poder público e sociedade civil.

O objetivo do Sisnama, segundo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2014), é estabelecer um conjunto articulado e descentralizado de ações para a gestão ambiental no país, integrando e harmonizando regras e práticas específicas que se complementam nos três níveis de governo – municipal, estadual e federal. Segundo a Lei nº 6.938/1981 (art. 6º), o Sisnama é formado por “órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental”. Além dos órgãos de governo das três esferas, o Conama também integra o Sisnama.

A consolidação dos avanços relativos à política ambiental no país ocorre com a promulgação da Constituição de 1988, que, em seu art. 225, coloca o meio ambiente no mesmo nível dos direitos e garantias fundamentais.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

Segundo Sanchez (1999), a Constituição atendeu a várias reivindicações de ambientalistas e consolidou alguns princípios já adotados na Política Nacional de Meio Ambiente. O meio ambiente passa a ser, portanto, um patrimônio público e um direito de todos os cidadãos brasileiros.

Dentre outros aspectos, a Constituição Federal estabelece que o poder público deve “preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas” (art. 225, § 1º, I), bem como “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos” (art. 225, § 1º, III).

A década de 1980 foi, portanto, palco de importantes conquistas no campo ambiental no Brasil. Na década seguinte, ano de 1992, o país sediou, no Rio de Janeiro/RJ, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - a ECO-92-considerada um marco no debate acerca do tema no país e no mundo.

Um dos resultados importantes da ECO-92 foi a assinatura da Agenda 21, que se trata de um plano estabelecido entre diversos países para a elaboração de estratégias rumo ao desenvolvimento sustentável, garantindo melhoria das condições ambientais do planeta. A Agenda 21, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2014b), constitui “a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado desenvolvimento sustentável”.

Ainda no ano de 1992, foi criado o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de

[...] promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade. (BRASIL, 2014c).

Cabe destacar que, além do Ministério do Meio Ambiente, há quatro autarquias vinculadas ao órgão: a Agência Nacional de Águas (ANA); o Ibama; o ICMBio; e o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

Na década seguinte (2000), o Brasil institui o marco regulatório para criação e gestão de áreas protegidas no país, com a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), detalhado a seguir.

2.2 As Unidades de Conservação no Brasil

As reservas naturais protegidas no Brasil – chamadas unidades de conservação (UCs) são regidas pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e estabeleceu critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades.

Segundo o art. 2º, I, da Lei nº 9.985/2000, entende-se por unidade de conservação:

[...] o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2014), o SNUC tem os seguintes objetivos:

- a) contribuir para a conservação das variedades de espécies biológicas e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
- b) proteger as espécies ameaçadas de extinção;
- c) contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- d) promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;

- e) promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- f) proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- g) proteger as características relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- h) recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- i) proporcionar meio e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- j) valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- k) favorecer condições e promover a educação, a interpretação ambiental e a recreação em contato com a natureza; e
- l) proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

Cada UC, que pode ser instituída em âmbito municipal, estadual e federal, é “criada a partir de um diploma legal específico, que discrimina seus limites, seu nome, a categoria de manejo e o organismo responsável por sua gestão” (CAMARGOS, 2001, p. 7). A gestão das UCs pode ocorrer por meio do domínio público ou do privado.

O SNUC estabelece dois grupos para as unidades: (1) as de proteção integral, cujo objetivo básico é a preservação da natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais em função de suas fragilidades e particularidades; e (2) as de uso sustentável que visa compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, ou seja, podem ser utilizadas de forma sustentável e manterem-se conservadas ao mesmo tempo.

Ao todo, estão previstos no SNUC 12 categorias de UCs. O grupo das unidades de proteção integral, é composto por cinco categorias:

- 1) estação ecológica;
- 2) reserva biológica;
- 3) parque nacional;
- 4) monumento natural;
- 5) refúgio de vida silvestre.

Já o grupo das unidades de uso sustentável são divididas em sete categorias:

- 1) área de proteção ambiental;
- 2) área de relevante interesse ecológico;
- 3) floresta nacional;
- 4) reserva extrativista;
- 5) reserva de fauna;
- 6) reserva de desenvolvimento sustentável; e
- 7) reserva particular do patrimônio natural.

Para o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2014), o SNUC foi concebido de forma a potencializar o papel das UCs, estimulando que sejam planejadas e administradas de forma integrada com as demais unidades, “de modo a assegurar que amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas estejam adequadamente representadas no território nacional e nas águas jurisdicionais”.

Em âmbito federal, cabe ao ICMBio, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, executar ações do Sisnama, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União.

Um dos avanços conquistados a partir do SNUC foi a imposição de critérios para regular as categorias de manejo das unidades de conservação, prevendo a regulamentação da visitação pública, de acordo com cada tipo de unidade.

Segundo a Lei nº 9.985/2000, é fundamental que as UCs disponham de um plano de manejo, que deve ser elaborado no prazo de cinco anos a partir de sua criação. Conforme o art. 2º, XVII, dessa lei, trata-se de um:

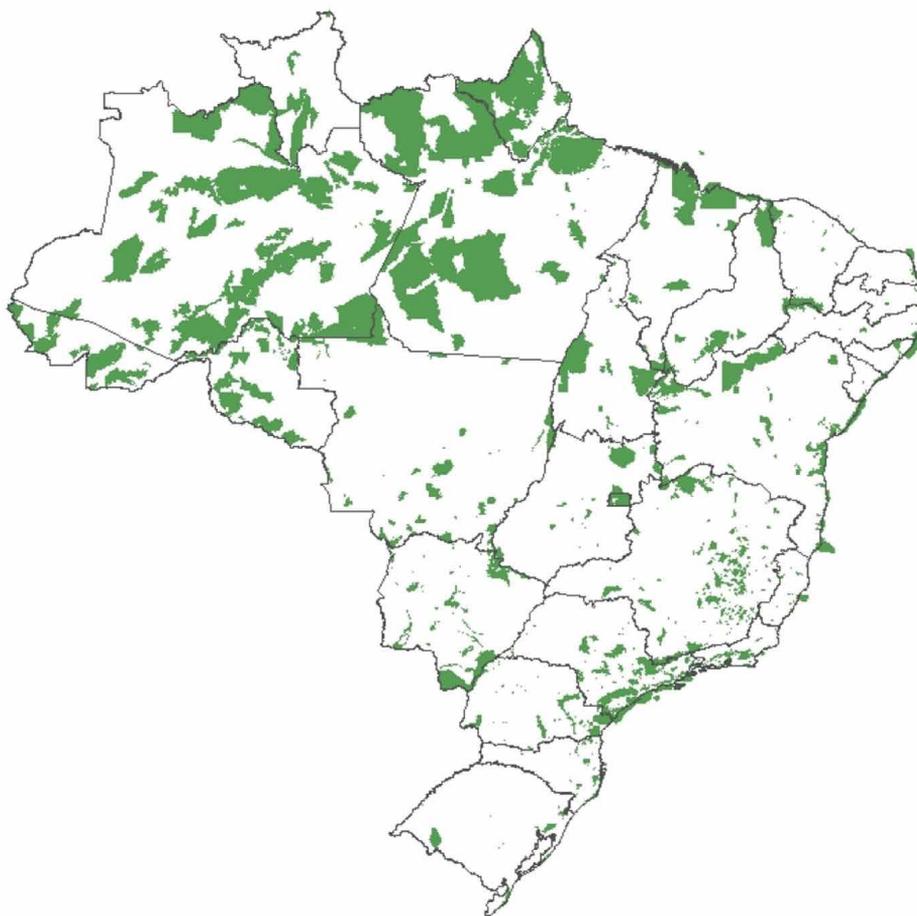
[...] documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (BRASIL, 2000).

A visitação pública deve, portanto, seguir as normas e restrições estabelecidas no plano de manejo, que tem a finalidade de garantir que a UC cumpra os objetivos estabelecidos em sua criação, bem como orientar a gestão da unidade e promover o seu manejo a partir de conhecimentos disponíveis ou gerados e o seu zoneamento. Esse último, refere-se a definição de zonas ou setores na UC que possuem objetivos e manejos específicos.

O plano de manejo deve ser elaborado sob um enfoque multidisciplinar, contemplando desde os aspectos bióticos e abióticos até os históricos, culturais, socioeconômicos e suas inter-relações.

Além do plano de manejo, o SNUC estabelece também que as UCs criem conselhos (consultivos ou deliberativos) para a sua gestão, envolvendo vários setores da sociedade. A lei institui ainda o Cadastro Nacional de UCs (CNUC), gerido pelo Ministério do Meio Ambiente, cujo objetivo é disponibilizar um banco de dados online com informações oficiais do SNUC, acessível pelo endereço eletrônico <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Nesse ambiente, são apresentadas as características físicas, biológicas, turísticas, gerenciais e os dados georreferenciados das UCs registradas no SNUC.

Figura 12 – Mapa das unidades de conservação do SNUC



Fonte: ICMBio/MMA (elaborado pelo IABS)

2.3 Patrimônio Natural e Espeleologia

Diante do exposto anteriormente, percebe-se que as UCs buscam a conservação do patrimônio, seja ele meramente natural ou associado a aspectos culturais. Nesse contexto, insere-se também o patrimônio espeleológico – as cavernas –, tratado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) como integrante do patrimônio natural e(ou) cultural, objeto de interesse deste livro. Entende-se por patrimônio aquilo que é de interesse comum e que possui valor histórico, arqueológico, científico ou ainda que conta com características físicas, biológicas ou geológicas extraordinárias.

Há, portanto, várias UCs cujos principais atrativos são as cavernas.

Tabela 5 – Parques nacionais cujos principais atrativos são o carste e(ou) as cavernas

PARQUE NACIONAL	ANO DE CRIAÇÃO	ESTADO	ÁREA (HECTARES)
Ubajara	1959	CE	6.271,17
Sete Cidades	1961	PI	6.303,54
Serra da Capivara	1979	PI	91.834,08
Chapada Diamantina	1985	BA	151.526,18
Cavernas do Peruaçu	1999	MG	56.448,18
Serra da Bodoquena	2000	MS	77.020,26

Fonte: Nascimento et al. (2008) (adaptação do IABS)

Para a União Internacional de Espeleologia (UIS), uma caverna consiste em uma abertura natural formada em rocha abaixo da superfície do terreno, larga o suficiente para a entrada do homem (CECAV, 2011). A Resolução Conama nº 347/2004, em seu art. 2º, III, destaca que o patrimônio espeleológico é o “conjunto de elementos bióticos e abióticos, socioeconômicos e histórico-culturais, subterrâneos ou superficiais, representados pelas cavidades naturais subterrâneas ou a estas associadas”.

De acordo com o Decreto nº 6.640/2008, art. 1º, parágrafo único, cavidade natural subterrânea é:

[...] todo e qualquer espaço subterrâneo acessível pelo ser humano, com ou sem abertura identificada, popularmente conhecido como caverna, gruta, lapa, toca, abismo, fuma ou buraco, incluindo seu ambiente, conteúdo mineral e hídrico, a fauna e a flora ali encontrados e o corpo rochoso onde os mesmos se inserem, desde que tenham sido formados por processos naturais, independentemente de suas dimensões ou tipo de rocha encaixante.

Segundo o CECAV (2011), as cavernas ocorrem, principalmente, nos terrenos cársticos – áreas onde a litologia predominante compreende rochas solúveis. No entanto, podem ocorrer cavernas também em áreas não cársticas. A palavra carste³, em sua forma original, significa terreno rochoso, desnudo, característica de uma região situada no nordeste da Itália e no noroeste da Eslovênia.

No Brasil, além da formação de cavernas a partir de rochas carbonáticas – mais comuns ao redor mundo –, arenitos e quartzitos são também bastante susceptíveis a formação de cavidades (CECAV, 2011). De acordo com o CECAV (2011, p. 9), mais recentemente, a verificação de que “áreas de minério de ferro e canga são extremamente favoráveis à formação de cavernas, adicionou mais um componente ao mosaico espeleológico brasileiro”. Ainda segundo o CECAV (2011), são verificadas também cavernas em granito, gnaiss, rochas metamórficas variadas como micaxistos e filitos, além de coberturas de solos, embora em menor escala.

Atualmente, mais de 13 mil cavernas encontram-se registradas na Base de Dados Geoespacializados de Cavidades Naturais Subterrâneas do CECAV, em outubro de 2014. No entanto, esse número não representa todo o universo de cavernas existentes no território brasileiro, eles reúnem unicamente a pequena porção de cavidades que já foram prospectadas, por pessoas físicas, grupos ou instituições, cujos dados foram publicados, em diversos meios de divulgação, e que foram sistematizados, georreferenciados e analisados pelo CECAV. (CECAV, 2014).

A tabela a seguir mostra a estimativa do potencial brasileiro em relação a cavernas conhecidas por litologia, o que demonstra o enorme potencial espeleológico do país.

Tabela 6 – Estimativa (ordem de grandeza) do potencial espeleológico brasileiro em relação a cavernas conhecidas e litologia

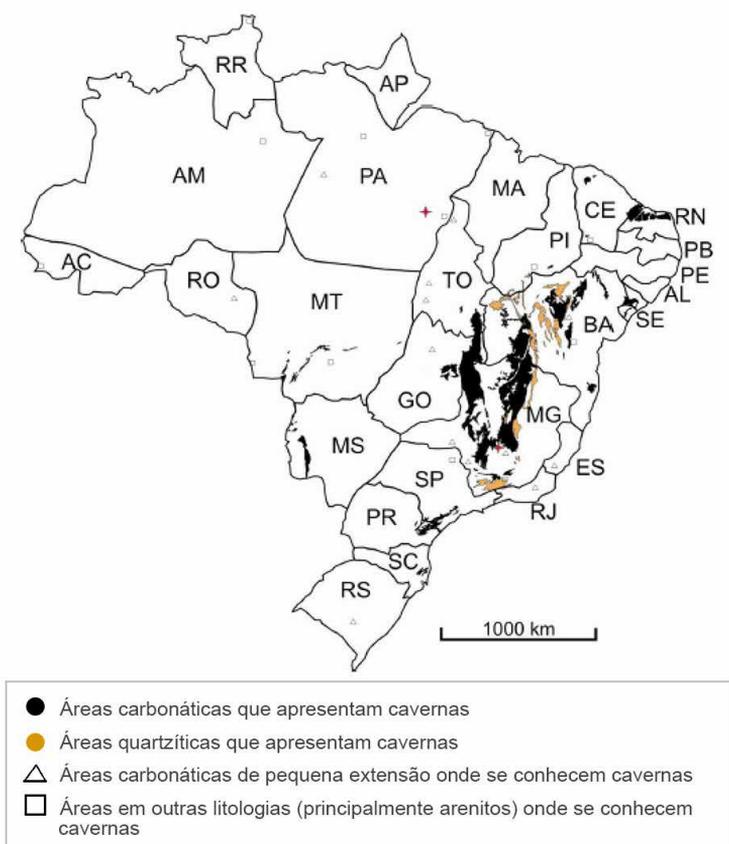
Litologia	Número de cavernas conhecidas	Provável potencial (cavernas ainda não conhecidas)	Percentual de cavernas conhecidas
Carbonatos	7.000	> 150.000	< 5%
Quartzitos	400	> 50.000	< 1%
Arenitos	400	> 50.000	< 1%
Minério de ferro	2.000	> 10.000	< 20%
Outras litologias	200	> 50.000	< 0,5%

Fonte: Cecav (2011)

O mapa a seguir apresenta as principais áreas carbonáticas do Brasil e também as principais áreas quartzíticas que apresentam cavernas, destacando também áreas em outras litologias (principalmente arenitos) onde se conhecem cavernas.

3 Originalmente karst, que é forma germânica da palavra servo-croata kras.

Figura 13 – Principais litologias que apresentam cavernas no Brasil (localização)



Fonte: CECAV (2011)

O CECAV (2011) ressalta que a maior ocorrência de rochas favoráveis à formação de cavernas no Brasil é representada pelos calcários e dolomitos do grupo Bambuí, que se desenvolvem desde o sul de Minas Gerais até o centro-oeste da Bahia, passando também pelo leste de Goiás. Inserida nos calcários Bambuí encontra-se, entre outras, a região de Lagoa Santa, considerada berço da espeleologia brasileira, com mais de 700 grutas registradas, além da região de Arcos e Pains, também com centenas de cavernas conhecidas, e a região do vale do Rio Peruaçu, com a Gruta do Janelão e vários sítios arqueológicos, todas em Minas Gerais.

Para o CECAV (2014), a importância das cavernas está associado a:

- a) registro de informações relativas aos processos geológicos, possibilitando pesquisar a origem, a formação e as sucessivas transformações da litologia local e do paleoclima outrora ocorrido na região;
- b) proteção e conservação de minerais raros ou formações geológicas inigualáveis;

c) conservação de forma eficiente interessantes informações da vida pretérita em sítios fossilíferos e arqueológicos, pelos quais é possíveis identificar, catalogar e pesquisar espécies de animais e vegetais fósseis, bem como estudar a cultura dos povos do passado, em que documentos, monumentos e objetos compõem importantes registros dos hábitos vividos de uma determinada sociedade;

d) propiciação eficiente de abrigo para conservação de habitats de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção, tanto da fauna como da flora.

As cavernas podem ainda funcionar como opção de lazer desde que sejam respeitadas regras mínimas de conservação e proteção, podendo ser fonte de atividade economicamente viável, tais como o turismo.

O ICMBio alerta, no entanto, que as cavernas são ambientes extremamente frágeis e delicados. Em tais ambientes os organismos vivos (parte biológica) e os recursos abióticos (ar, rocha e água) se interagem de maneira harmônica e equilibrada. Por esse motivo, é preciso redobrar o cuidado quando existem intervenções humanas.

A Resolução Conama nº 347/2004, estabelece que as cavidades naturais subterrâneas (cavernas) destinadas à visitação pública necessitam também de planos de manejo espeleológico. Conforme o art. 2º, V, da resolução, tal plano é um documento técnico que estabelece o zoneamento e as normas para o uso e “manejo dos recursos naturais inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da cavidade natural subterrânea” .

Ainda de acordo com a resolução, art. 6º, § 1º, o Ibama disponibilizará “termo de referência para elaboração do Plano de Manejo Espeleológico, consideradas as diferentes categorias de uso do patrimônio espeleológico ou de cavidades naturais subterrâneas”.

2.4 Importância do tema para o Condutor

As unidades de conservação são áreas de suma importância para a conservação e manutenção dos ambientes naturais, sendo necessário, além de sua criação e implantação, a sua correta gestão, para que a efetiva proteção ocorra.

Diante dessa realidade, o guia e o condutor se configuram em agentes fundamentais para a divulgação e conservação dos ambientes naturais, uma vez que muitos dos atrativos naturais explorados por eles se encontram no interior de UCs. Por esse motivo, o entendimento das legislações que norteiam uma UC é necessário, possibilitando o cumprimento adequado das regras e necessidades de uma área protegida.

Para a realização de atividades no interior de UCs é importante que se tenha conhecimento também do plano de manejo do local e das indicações apontadas pelo estudo. De posse desse conhecimento, o guia e o condutor podem transmitir para os visitantes informações coerentes com o propósito de criação e gestão daquela área.

Tais profissionais têm um papel importante também no que diz respeito à interpretação do ambiente natural. Conforme citado no documento “Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação” (BRASIL, 2006), a interpretação ambiental é uma maneira de representar a linguagem da natureza, os processos naturais, a inter-relação entre o homem e o meio ambiente, de maneira que os visitantes possam compreender e valorizar o ambiente e a cultura local.

Para tanto, é importante que o guia e condutor de espeleoturismo tenha conhecimentos básicos sobre a área, de forma que possam transmitir informações de cunho técnico científico de forma simples, mas verdadeira.

Os conhecimentos técnicos agregados aos roteiros de visitação, são relevantes no que diz respeito à mitigação de impactos causados pelo uso turístico nas cavernas, bem como à divulgação do patrimônio espeleológico, suas características e especificidades.

A capacitação do guia e do condutor, bem como a adoção de práticas de mínimo impacto é fundamental para a conservação do ambiente cavernícola e ambientes naturais abertos a visitação.

Outro aspecto que se faz importante nos processos de capacitação dos guias e dos condutores de espeleoturismo é o entendimento da estrutura de governança do poder público, entendendo, assim, o papel de cada um dos órgãos e das instituições no que diz respeito a unidades de conservação e espeleologia.

Figura 14 – Importância do tema meio ambiente e espeleologia para o condutor



Fonte: IABS

2.5 Relato da experiência

Entre os três grupos que participaram dos cursos ministrados, percebe-se uma heterogeneidade entre os participantes, sendo que a afinidade com o tema cultura, unidades de conservação e espeleologia está intimamente ligada à área de atuação destes e à experiência como guia e condutor de espeleoturismo.

As visitas técnicas desse módulo foram realizadas nos seguintes locais:

- a) Alto São Francisco: Gruta Rei do Mato, Gruta da Lapinha e Gruta do Maquiné;
- b) Médio São Francisco: Gruta das Palmeiras, Gruta do Catão, Gruta da Beleza e Sítio do Rio Grande;
- c) Baixo São Francisco: Pedra Furada, Toca da Raposa, Toca do Angico e Toca da Barriguda.

Como o módulo I abordou mais especificamente sobre as cavernas, foi notório que os participantes das regiões do Alto e do Médio São Francisco apresentavam uma maior afinidade com o tema, como também uma maior interação durante as aulas, pois a atuação da grande maioria dos alunos é em regiões cársticas, onde os atrativos naturais principais estão relacionados às cavernas.

Por outro lado, a turma da região do Baixo São Francisco se mostrou menos inteirada acerca dos assuntos abordados no módulo I, tendo em vista que o patrimônio natural ambiental que é explorado nessa região não são especificamente as cavernas, pois o patrimônio espeleológico dessa região é menor comparado às outras regiões, como também é ainda pouco estudado e mapeado. Entretanto, entre os participantes do Baixo São Francisco, estiveram presentes alunos de Campo Formoso/BA, que se mostraram bastante inteirados do tema, dada a recorrência de cavernas com visita turística no local, como, por exemplo, a toca da Boa Vista, com mais de 100 km mapeados.

Durante a realização das visitas técnicas, os participantes puderam verificar *in loco* os processos, geológicos, geomorfológicos, químicos, físicos e biológicos, que ocorrem na formação das cavernas e que foram destacados durante as aulas teóricas. As visitas técnicas foram realizadas com a equipe de instrutores do CECAV, que dividiu o grupo em três ou quatro grupos menores, para que, ao entrar na caverna, os participantes pudessem aproveitar ao máximo as explicações dos instrutores, bem como perceber a importância de um adequado dimensionamento de grupos de visita por questões inclusive de segurança.

A contextualização, a exemplificação e as informações repassadas pelos instrutores durante as visitas técnicas foram realizadas por temas, sendo abordado questões relacionadas à geoespeleologia, aos processos de formação das cavernas, à bioespeleologia e aos impactos causados pelo uso turístico (exemplificados e apontados *in loco*).

Figura 15: Toca da Raposa – Simão Dias/SE



Foto: Patrícia Reis

De acordo com os instrutores, a participação de representantes de diversas regiões do estado de Minas Gerais (ex. carste de Lagoa Santa, Januária, Paracatu, Luminárias etc.) no curso do Alto São Francisco contribuiu com a formação de potenciais multiplicadores do conteúdo. O grupo teve uma excelente participação nas atividades propostas, nas discussões e mesmo no apoio à condução do conteúdo, com perguntas instigantes e reflexivas, indo para além da abordagem meramente técnica do conteúdo.

Os participantes do Médio São Francisco, formado por alunos de diversas localidades como São Desidério/BA, Chapada Diamantina/BA, Parque Estadual de Terra Ronca (PETeR/GO), Dianópolis/TO, Montes Claros/MG, Itacarambi/MG e Chapada dos Guimarães/MT, em sua maioria, já possuíam experiências anteriores de condução de visitantes em cavernas, o que contribuiu bastante para a riqueza das discussões e mesmo para a fluidez do conteúdo. Observou-se um expressivo interesse em questões de conservação de cavernas e áreas naturais protegidas, demonstrando que muitos dos participantes são também *stakeholders* em suas realidades locais. Nesse local, foi possível perceber um maior aproveitamento por parte dos participantes, uma vez que as cavernas onde foram realizadas as visitas técnicas são próximas ao local de realização da aula teórica e apresentam diversidade de formações, possibilitando maior exemplificação dos conteúdos abordados.

Ainda no Médio São Francisco foram apresentados relatos de experiências, fotos e vídeos disponibilizados pelos participantes, de suas realidades locais (sobretudo São

Desidério/BA e Parque Estadual de Terra Ronca - PETeR/GO), enriquecendo ainda mais o conteúdo e ampliando as trocas entre instrutor e alunos. A participação do grupo foi excelente nas atividades propostas, discussões e mesmo no apoio à condução do conteúdo, indo para além da abordagem inicialmente prevista.

As cavernas da região do Alto e do Médio São Francisco apresentam uma grande quantidade e diversidade de espeleotemas, o que possibilitou a visualização e identificação de diferentes tipos de formações, bem como da fauna local.

No Baixo São Francisco, foi possível visualizar a diversidade da fauna cavernícola, como também a identificação do processo de formação da caverna, mesmo esta apresentando uma menor riqueza em espeleotemas. Quanto aos participantes do curso nessa região, o grupo era bastante heterogêneo, tanto pela origem dos participantes quanto (e principalmente) pelos diferentes graus de experiência e vivência em cavernas (havia alunos sem experiência alguma no tema). Foram apresentados relatos de experiências, fotos e vídeos disponibilizados por alguns dos participantes, de suas realidades locais (Paripiranga/BA e Campo Formoso/BA), enriquecendo o conteúdo e ampliando as trocas entre instrutor e alunos. Mesmo com grande diferença de perfil entre os participantes, foi muito produtiva a participação do grupo nas atividades propostas, nas discussões e até no apoio à condução do conteúdo.

Mesmo com diferenças entre as cavernas visitadas nos três cursos (no módulo 1), percebeu-se a importância de uma visita técnica após uma grande quantidade de conteúdos abordados em aulas teóricas, pois até mesmo os guias e os condutores que já tinham conhecimento prévio sobre o tema, bem como contato com os ambientes cavernícolas, foram surpreendidos com informações que possibilitarão o aprimoramento das informações passadas aos turistas.

Para a realização das visitas técnicas, os instrutores realizaram uma visita prévia às cavernas, buscando, assim, identificar locais-chave que pudessem ser exemplificados durante as aulas práticas, de forma que os participantes tirassem o maior aproveitamento possível durante a visita da caverna.

Diante da avaliação e dos relatos que foram entregues pelos participantes ao final do módulo, foi identificado que o ambiente foi bastante amistoso e que o conteúdo despertou muita curiosidade e interesse nos guias e nos condutores. Os temas relacionados a geoconservação, carste, geoparque e patrimônio geoespeleológico foi apontado como muito interessantes. Foi relatada também a qualidade dos instrutores que mostraram comprometimento e domínio dos temas, sendo apresentadas diversas formas de aplicação dos conteúdos apresentados, de forma clara e objetiva, facilitando a aprendizagem dos participantes. Houve grande interação entre os participantes, instrutores e organização, sendo relatado, ainda, que o conteúdo abordado pelos instrutores estava adequado à realidade dos participantes.

Figura 16: Gruta Rei do Mato (MONAE Rei do Mato) – Sete Lagoas/MG

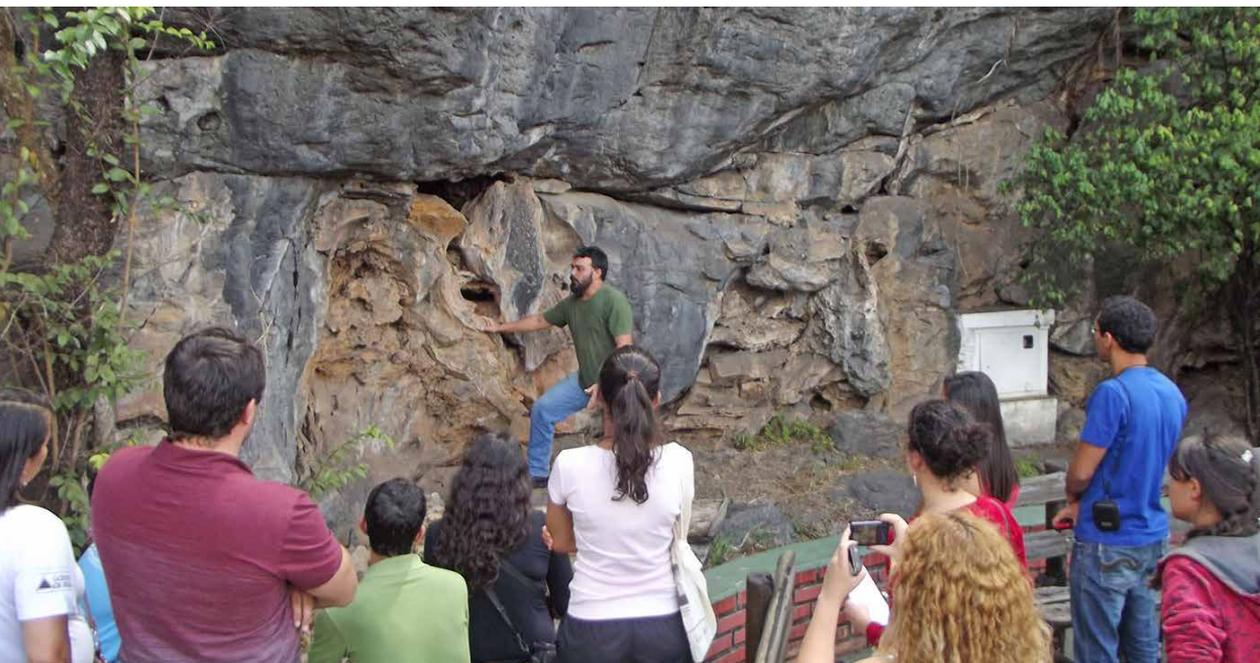


Foto: Flávio Ramos

Depoimento:

“Através da prática a gente precisa expandir nossos conhecimentos como guia, aprender a lidar com o público antes, durante e depois do período de visitação de grutas. No curso pretendemos aprender técnicas e ficar por dentro das leis que regem a questão do turismo.”

(Jorginaldo Silva, participante do curso do Baixo São Francisco)

3. NOÇÕES EM CONDUÇÃO E PRIMEIROS SOCORROS

3.1 Aspectos Introdutórios

Antes de abordar o tema específico de condução e primeiros socorros, considera-se importante que alguns conceitos, bem como um breve histórico da política nacional de turismo, sejam revistos.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) estabelece, no Código de Ética Mundial para o Turismo (1999, p. 5), que a atividade deve, dentre outros fatores, promover a contribuição para o entendimento e o respeito mútuo entre o ser humano e a sociedade e ser um fator de desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, a OMT (1995) estabelece que:

As autoridades públicas nacionais, regionais e locais favorecerão e incentivarão todas as modalidades de desenvolvimento turístico que permitam preservar recursos naturais escassos e valiosos, em particular a água e a energia, e evitem no que for possível a produção de resíduos.

[...] se programarão as atividades turísticas de forma que se proteja o patrimônio natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica, e que se preservem as espécies em perigo da fauna e da flora silvestre.

Desde a elaboração do primeiro Plano Nacional de Turismo (2003–2007), o Ministério do Turismo apresenta a preocupação com o desenvolvimento da atividade turística aliada a conservação do meio ambiente, afirmando que o aumento da competitividade do setor, bem como seu impacto na melhoria de vida da população e o respeito ao meio ambiente “são pilares para a construção de um novo padrão de desenvolvimento” (BRASIL, 2003, p. 19).

Um dos segmentos turísticos mais propícios para adoção de conceitos de sustentabilidade, aliada ao envolvimento das comunidades locais e a conservação do meio ambiente é o ecoturismo e o turismo de aventura.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 17), entende-se por ecoturismo:

[...] segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.

Já o turismo de aventura, compreende “os movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo” (BRASIL, 2010b, p. 14).

É importante destacar o caráter não competitivo das atividades ligadas ao turismo de aventura, diferentemente do esporte de aventura, que envolve práticas esportivas com fins de competição. Apesar de não ocorrer necessariamente no espaço natural, o turismo de aventura, assim como o ecoturismo, utiliza o meio ambiente como matéria-prima.

O turismo de aventura conta com modalidades, sendo as mais oferecidas: caminhada, montanhismo, escalada, canionismo, espeleoturismo, arvorismo, técnicas verticais (como rapel, tirolesa), voo livre, cavalgadas, windsurf e kitesurf.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010), a ECO-92 contribuiu significativamente para a visibilidade desse tipo de turismo no Brasil, propondo diretrizes e tratados com aplicação de âmbito mundial, a partir do interesse de cada nação.

Elaborada a partir deste evento, a Agenda 21, que pode ser definida como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, aponta o ecoturismo como uma “prática conservacionista, comprometida com a natureza, com a responsabilidade social e com o desenvolvimento local” (AMARAL, 1998).

Tal visão ganha destaque em detrimento do turismo de massa, apontado como agressor da paisagem natural e cultural, somada à tendência de aproximação da natureza, fortalecida pela consciência ambiental. Nesse sentido, percebe-se um crescente aumento da busca por lugares remotos, de natureza conservada, paisagens bucólicas entrelaçadas com cultura e hábitos singulares, como fuga a correria do dia a dia, principalmente nas grandes metrópoles.

Nesse contexto, a partir dos anos 1990, diversas iniciativas surgiram impulsionadas pelo interesse, cada vez mais latente, de conservação do patrimônio natural. Tornou-se, assim, fundamental o planejamento dos diversos segmentos do turismo com foco na sustentabilidade, em função da crescente degradação do meio ambiente.

Nota-se que o crescimento do setor de turismo – principalmente dos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura – se configura como um resultado também do aumento do tempo de lazer e da elevação do poder aquisitivo, somado à busca pelo reencontro com a natureza já citado anteriormente.

Segundo o Ministério do Turismo (2005), o turismo de aventura no Brasil evoluiu pelo mesmo caminho do turismo de natureza, consequência do novo paradigma norteado pelos princípios da sustentabilidade.

As empresas operadoras de ecoturismo e de turismo de aventura cresceram, e o mercado turístico ficou mais aberto e interessado em consumir produtos e roteiros ligados ao ambiente natural. De acordo com dados da OMT e da Sociedade Internacional de Ecoturismo, estima-se que, a partir de 1998, o crescimento do segmento tenha sido de 20% ao ano (BRASIL, 2005).

Segundo o diagnóstico feito pelo Ministério do Turismo e pela Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta) em 2005, há mais de 3 mil organizações que ofertam atividades de aventura no Brasil.

Tabela 7 – Número de organizações que oferecem produtos e serviços para cada uma das modalidades

MODALIDADE	QUANTIDADE	MODALIDADE	QUANTIDADE
Caminhada	454	Passeios náuticos	73
Cachoeirismo/Canionismo	275	Tirolesa	72
Rafting	257	Técnicas verticais	68
Turismo de veículos fora da estrada	232	Apriorismo	65
Mergulho	230	Espeleoturismo	59
Caiaque/Canoagem	194	Observação da vida selvagem	31
Rapel	180	Flutuação	25
Cicloturismo	173	Surfe/bodyboarding	20
Cavalgadas	136	Balonismo	19
Escalada	103	Jet ski/esqui aquático/wakeboard	15
Montanhismo	87	Buggi	10
Acqua-ride/boia cross	85	Bungee Jump	6
Voo livre (asa delta/parapente)	78	Total	3.023
Paraquedismo	76		

Fonte: Brasil, 2005 (adaptação do IABS)

Considerando que o diagnóstico acima é datado de 2005, acredita-se que o número atual seja ainda maior.

Percebe-se que o espeleoturismo, cujo termo é originário da espeleologia (detalhada no capítulo anterior) é considerado uma modalidade dos segmentos de ecoturismo e/ou turismo de aventura.

Por serem atividades que envolvem riscos (inclusive risco de vida), a adoção de procedimentos de segurança no turismo de aventura e ecoturismo tornou-se fundamental para garantir um serviço de qualidade e, acima de tudo, seguro aos turistas.

3.2 Normas Técnicas em Turismo de Aventura e o Condutor de Turismo

Com o crescimento dos segmentos de ecoturismo e turismo de aventura, aliada aos riscos que as atividades podem ocasionar, o Ministério do Turismo criou o Projeto de Normalização e Certificação em Turismo de Aventura, seguindo também as tendências internacionais em que o desenvolvimento de normas técnicas tem sido utilizado como ferramenta de organização e desenvolvimento econômico e social.

Tal projeto iniciou-se em 2003, fruto da iniciativa do Ministério do Turismo, em parceria com a Associação Brasileira de Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (Abeta), a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e o Instituto de Hospitalidade (IH).

A partir da compilação e do aprimoramento do conhecimento técnico – que contava com poucas referências escritas em língua portuguesa –, foi criado o acervo constituído pelas normas técnicas brasileiras (NBRs).

O objetivo da normalização em turismo de aventura foi estabelecer um sistema de normas técnicas que possibilitassem o desenvolvimento do segmento com qualidade e segurança. Destaca-se que normas técnicas são “documentos estabelecidos por consenso e aprovados por um organismo reconhecido que fornece, para uso comum e repetitivo, regras, diretrizes ou características para as atividades ou seus resultados, visando a obtenção de um grau ótimo de ordenação” (BRASIL, 2005, p. 26).

É importante lembrar que, de acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2005), a segurança no turismo de aventura é função complexa que envolve, dentre outros aspectos, pessoas – sejam clientes/usuários ou prestadores de serviços –, equipamentos, procedimentos, sistemas de gestão e controle, articulações e logísticas para busca e salvamento, dentre outros aspectos relevantes.

As normas técnicas deram grande contribuição para a profissionalização da operação do turismo de aventura no Brasil. Dentre diversas normas já publicadas, algumas têm caráter transversal, ou seja, são a base para o desenvolvimento de qualquer atividade do turismo de aventura, com destaque para:

- a) ABNT NBR 15285 – Turismo de aventura – Condutores – Competência de Pessoal;
- b) ABNT NBR 15286 – Turismo de aventura – Informações Mínimas Preliminares a Clientes;

- c) ABNT NBR 15331 – Turismo de aventura – Sistema de Gestão de Segurança – Requisitos;
- d) ABNT NBR 15500 – Turismo de aventura – Terminologia.

As normas técnicas para o turismo de aventura compõem um sistema que tem sua base no sistema de gestão da segurança, apoiado por normas específicas para algumas atividades. Tal sistema envolve a adoção de uma política de segurança, utilizando técnicas de gestão de riscos e incorporando o processo de melhoria contínua das condições de segurança. Pretende-se, portanto, sugerir a adoção de um conjunto de técnicas de maneira sistemática, de modo a contribuir para obtenção de bons resultados para todas as partes interessadas.

Nesse contexto, destaca-se o papel do condutor ou monitor ambiental. Para o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005, p. 54), a atividade de condução:

[...] não envolve apenas a habilidade de explicar sobre a área, mas também motivar o visitante a perceber e integrar-se ao local em que se encontra, em seus mais diversos aspectos, sejam naturais, históricos, sociais, arquitetônicos, etc. Para ser bem-sucedido, não basta somente acumular informações e transmiti-las, mas acima de tudo saber quando e como transmiti-las. Esta percepção é tão importante quanto à informação em si.

Não há, no entanto, uma lei que regulamente a profissão de condutor. Na legislação nacional – Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008) –, há a indicação de que as agências de turismo que comercializem serviços turísticos de aventura devam dispor de “condutores de turismo conforme normas técnicas oficiais, dotados de conhecimentos necessários, com o intuito de proporcionar segurança e conforto aos clientes” (BRASIL, 2010).

Vale destacar aqui a diferença entre o guia de turismo e o condutor. O primeiro é regulamentado pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, e pelo Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993. A Lei nº 8.623/1993, em seu art. 2º, considera guia de turismo o:

[...] profissional que, devidamente cadastrado no Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), exerça atividades de acompanhar, orientar e transmitir informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas. (BRASIL, 1993).

O guia de turismo pode ser cadastrado em quatro âmbitos: guia regional, guia de excursão nacional, guia de excursão internacional e guia especializado em atrativo turístico, sendo que este último deve se submeter a uma formação profissional específica. Para se cadastrar como um guia, é necessário ter formação de nível técnico específico.

Guia de Turismo

x

Condutor

Os condutores de turismo de aventura têm uma atuação mais específica, pois, para conduzir, preparar e informar os turistas são necessários conhecimentos peculiares do local e da modalidade do que vai se conduzir. Sendo assim, um guia pode ter uma formação específica de condução para se especializar em determinada área de atuação. O curso de condução, no entanto, não credencia o profissional como guia de turismo: o condutor só será um guia a partir do momento em que fizer o curso técnico exigido.

Dentre as normas técnicas citadas anteriormente, destaca-se duas que dizem respeito especificamente a atuação do condutor: a ABNT NBR 15285 – Turismo de aventura – Condutores – Competências de pessoal; e a ABNT NBR 15399 – Turismo de aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competências de pessoal.

ABNT NBR 15285 – Turismo de aventura – Condutores – Competências de pessoal:

Segundo essa norma, recepcionar, orientar, preparar e conduzir são as ações básicas que compõem o dia a dia do condutor e pelas quais ele é responsável. A aptidão do condutor está associada a capacidade de mobilizar, desenvolver e aplicar conhecimentos, habilidades e atitudes no desempenho do trabalho e na solução dos problemas, para gerar os resultados esperados. A norma estabelece ainda algumas competências comuns a todos os condutores, independentemente da atividade praticada, relacionadas a:

- a) atendimento e condução do cliente;
- b) prestação de um serviço de qualidade;
- c) segurança;
- d) cuidados com o meio ambiente e as comunidades envolvidas.

Para tanto, o condutor deve ter conhecimentos fundamentais, que envolvem, dentre outros: técnicas de navegação e orientação; técnicas de condução de grupos, integração e estratégia de solução de conflitos; requisitos básicos de segurança no turismo de aventura; procedimentos de primeiros socorros; fatores que contribuem para a ocorrência de acidentes; legislação e conservação ambiental; técnicas de mínimo impacto ambiental.

ABNT NBR 15399 – Turismo de aventura – Condutores de espeleoturismo de aventura – Competências de pessoal:

Essa norma é complementar à NBR 15285 e estabelece os requisitos de competência mínima – conhecimento, habilidade e atitude – específica para o condutor de espeleoturismo. Segundo a ABNT NBR 15399 (2006), o condutor dessa área é o “[...] profissional que recepciona, orienta, prepara e conduz o cliente de forma segura nas atividades de espeleoturismo de aventura”.

No âmbito dessa norma, são considerados dois tipos de condutores: condutores de espeleoturismo de aventura e condutores de espeleoturismo vertical.

É importante reforçar que a prática do ecoturismo e do turismo de aventura deve ocorrer com planejamento e monitoramento adequados, norteado pelas premissas de turismo sustentável e alinhado a conservação do meio ambiente.

Sendo assim, a atuação de condutores tem um papel fundamental nesse processo. A conduta pessoal desse profissional deve ser um exemplo àqueles que serão conduzidos, de modo a propiciar uma interação saudável com o meio ambiente e sociocultural.

O condutor deve, portanto, ser um facilitador. Mais do que isso, ele é um elo entre o patrimônio natural e cultural de sua região e o turista. É preciso que o condutor tenha consciência da importância do seu trabalho e de como sua postura poderá influenciar positivamente a experiência do grupo e a experiência individual das pessoas que ele conduz.

O papel de educador ambiental está incorporado à função do condutor. Para o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005, p. 54),

[...] são louváveis os esforços de oferecer aos visitantes informações e exemplos de uso sustentável dos recursos, de formas menos impactantes de lidar com a natureza e com os resíduos da atividade humana, além de estimulá-los a participar de forma mais ativa em prol da conservação do meio ambiente quando retornarem às suas casas.

Faz-se importante destacar, nesse contexto, algumas importantes premissas no que diz respeito a adoção de uma conduta ética pelo condutor de turismo de aventura e de ecoturismo:

- a) planejar a atividade, considerando escolha e preparação do itinerário e rota, bem como medidas de emergência;
- b) respeitar e cumprir a legislação e normas locais;
- c) respeitar o meio cultural, envolvendo o respeito a comunidade local, outros grupos que frequentam o mesmo local de sua atuação – sejam eles conduzidos por agências de turismo ou praticantes autônomos;

- d) prevenir prejuízos ambientais e sociais decorrentes das atividades, interpretar o meio e educar o cliente, sensibilizando-o e orientando-o sobre a importância da conservação do meio ambiente e o respeito às comunidades locais;
- e) prestar atendimento e serviços de qualidade;
- f) liderar grupos, facilitando a integração e mediando conflitos, bem como estabelecendo limites de comportamento;
- g) assegurar o bem-estar e a segurança física e emocional do cliente, o que envolve o gerenciamento de riscos e a elaboração de planos de prevenção.
- h) aplicar primeiros socorros, quando necessário, agindo adequadamente a cada situação, de acordo com o permitido por lei.

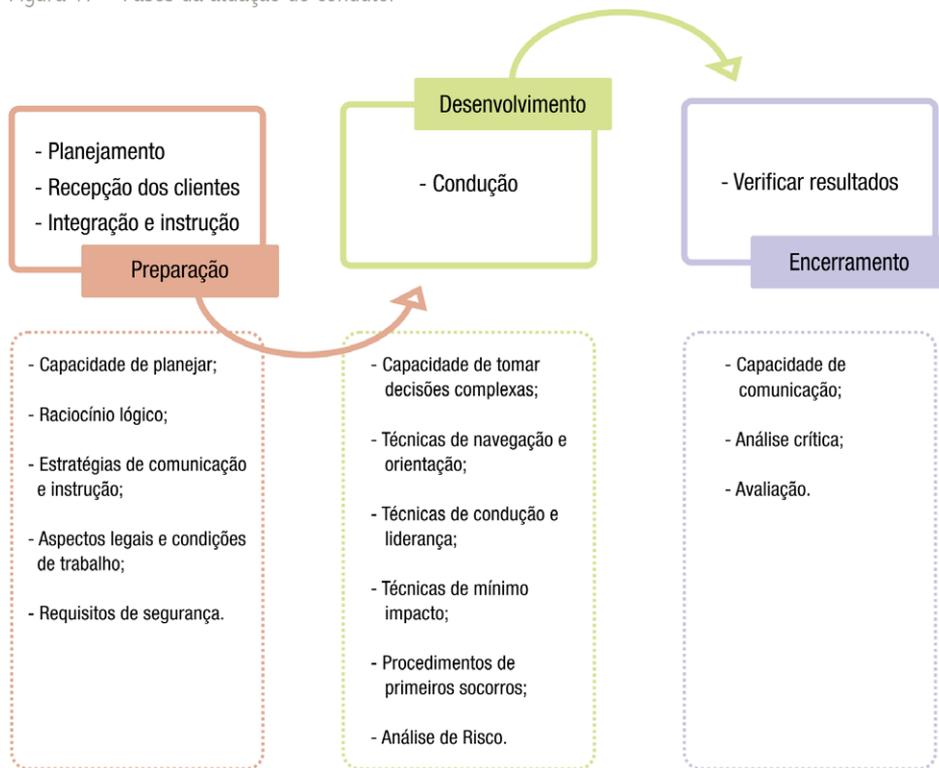
Diante do exposto, resumem-se abaixo os 10 mandamentos do condutor, elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005, p. 56):

- 1) jamais leve um grupo a locais e trilhas em que nunca tenha estado antes e que não conheça muito bem;
- 2) habitue-se a manter bom condicionamento físico;
- 3) procure transmitir segurança e equilíbrio emocional ao grupo de visitantes, utilizando o bom senso em qualquer situação, mantendo a calma e controlando o grupo em situações de risco ou emergência;
- 4) procure o consenso em situações em que haja conflito, respeitando e tratando a todos com cortesia; acolha opiniões e sugestões, mas seja firme em ações que envolvam a segurança do grupo;
- 5) evite dar ordens, oriente e busque a cooperação de todos;
- 6) controle suas reações, pense bem antes de emitir uma opinião;
- 7) evite responsabilidades que sejam atribuições de outras pessoas ou de instituições;
- 8) evite críticas a qualquer pessoa;
- 9) evite demonstrar simpatia excessiva ou sentimento de animosidade por qualquer membro do grupo, seja profissional;
- 10) conheça e respeite a legislação e as regras concernentes às unidades de conservação, às outras áreas de visitação e à sua atividade.

As atividades de ecoturismo e turismo de aventura não combinam com improvisação. Diante disso, é importante que o condutor tenha conhecimento de técnicas que o apoiem no desenvolvimento do “antes”, “durante” e “depois” da atividade.

A atuação do condutor deve estar focada, portanto, em três fases fundamentais: preparação, desenvolvimento e encerramento.

Figura 17 – Fases da atuação do condutor



Fonte: Abeta, 2009 (adaptação do IABS)

Na primeira fase, a preparação é o momento em que deve ser feito o planejamento estratégico, tático e operacional do trabalho. A complexidade do planejamento irá depender do tamanho e da estrutura do negócio ou do serviço. O planejamento operacional contempla ações como, por exemplo, avaliação e tratamento de informações fornecidas e recebidas dos clientes, verificação dos aspectos legais e condições de trabalho, conferência e separação de equipamentos, verificação de requisitos de segurança, dentre outros.

Nessa fase, ocorre também a recepção e instrução dos clientes. No sistema de normas técnicas para o turismo de aventura, há uma referência que estabelece os requisitos mínimos para informações preliminares a clientes, a ABNT NBR 15286.

Tal norma estabelece as informações mínimas que devem ser fornecidas por organizações e pessoas que oferecem atividades de turismo de aventura a potenciais clientes antes da concretização da compra de cada produto, de modo a facilitar a tomada de decisão e a contribuir para a prática segura do turismo de aventura.

As informações mínimas preliminares estabelecidas pela norma estão relacionadas aos aspectos contratuais e envolvem, dentre outros aspectos, questões relativas

à segurança, à exposição dos itens que estão inclusos ou não no serviço, além dos valores, da regras dos locais de prática e outros aspectos das atividades de aventura relacionadas ao serviço.

Independentemente de o condutor participar da comunicação anterior à contratação do serviço por parte do cliente, é preciso que esse processo esteja sistematizado de maneira a garantir que as informações sobre o cliente cheguem ao condutor. Nessa etapa, o condutor deve ter conhecimento das informações prévias obtidas pelo o cliente, assim como das informações já captadas sobre ele.

Segundo a NBR 15286, as informações mínimas podem ser fornecidas em meio físico, meio eletrônico ou qualquer outro meio adequado. A norma estabelece ainda um exemplo de formulário para obtenção e cadastro de tais informações.

Na etapa de planejamento, o condutor irá avaliar as informações obtidas junto aos clientes e dar o devido tratamento de acordo com os critérios e os procedimentos preestabelecidos, além de conferir e separar equipamentos necessários para o seu uso e para uso dos clientes.

Aqui ocorrem as apresentações iniciais da equipe que irá conduzir; estabelece-se um contrato de convívio e esclarecimento de dúvidas. A recepção e a integração dos clientes podem ser resumidas nos seguintes passos (ABETA, 2009):

- a) recepcionar dando boas-vindas e apresentando a empresa e a equipe que irá conduzir. Uma apresentação não deve ser algo maçante para o cliente, deve reforçar o senso de credibilidade e de confiança que os clientes depositaram na empresa até o momento;
- b) conhecer as expectativas que eventualmente não foram reveladas na consulta prévia. Buscar entender os interesses e possíveis preocupações que os participantes tenham em relação às atividades que irão participar;
- c) esclarecer o(s) objetivo(s) e a duração da atividade e reforçar as informações que foram enviadas preliminarmente;
- d) integrar os participantes do grupo a fim de promover os primeiros contatos e facilitar o relacionamento entre eles e estabelecer os contratos de convívio, proporcionando aos participantes diretrizes sobre como irão trabalhar juntos;
- e) esclarecer o seu papel, explicando suas responsabilidades e modo de ação, além de esclarecer o que se espera de cada integrante do grupo;
- f) obter compromisso do grupo quanto às restrições e outros aspectos que forem abordados, assegurando que os objetivos sejam atingidos.

Após o planejamento, segue-se para o desenvolvimento da atividade (fase 2), que é o momento em que o condutor irá expor suas habilidades.

Por mais que o condutor tenha domínio do conteúdo e da área em que a atividade irá se desenvolver, trata-se de um processo dinâmico: resultado da interação de pessoas que podem ou não se conhecer, que eventualmente estão realizando uma atividade de aventura pela primeira vez ou estão participando em um novo local, interagindo com a comunidade e outros fatores igualmente dinâmicos, como o tempo e o ambiente.

É importante, portanto, que o condutor tenha capacidade de tomar decisões complexas. Soma-se a isso o domínio de técnicas e procedimentos fundamentais já citados anteriormente, como técnicas de navegação e orientação, primeiros socorros, análise de riscos etc.

Vale ressaltar que, comumente, podem ocorrer desvios e falhas durante o desenvolvimento da atividade, mesmo quando empresários e condutores se dedicam a planejar a atividade com profissionalismo e atenção.

Na terceira fase – encerramento –, é importante que o condutor conheça a opinião e satisfação dos clientes, a fim de estabelecer um processo contínuo de melhoria dos serviços prestados. Dessa forma, caberá ao condutor (ABETA, 2009): registrar as críticas e as sugestões dos clientes; fazer análise da qualidade da atividade turística realizada, perguntando aos clientes sua opinião acerca das atividades, da infraestrutura e de outros serviços prestados; realizar a revisão dos equipamentos de segurança; preencher um relatório de atividades; fazer o correto registro de incidentes e acidentes (caso tenham ocorrido), assim como a análise crítica dos planos de ação em emergência e da atuação da equipe segundo estes planos; discutir com a equipe de profissionais envolvidos no trabalho os pontos fortes e fracos de toda a atividade, buscando melhoria contínua.

Por fim, conforme foi abordado nesse capítulo, o turismo de aventura e o ecoturismo devem se desenvolver a partir de uma parceria entre o homem e o meio ambiente e não baseada na pura exploração do meio ambiente, sem perspectiva de futuro. Nesse sentido, pode-se resumir que o comportamento de um condutor (ABETA, 2009) deve ser norteado sempre por tais fatores.

Figura 18 – Princípios de conduta consciente do condutor



Fonte: IABS

3.3 Noções Básicas em Primeiros Socorros

É fundamental que o condutor de turismo tenha conhecimento de aspectos ligados a primeiros socorros. Segundo a Cruz Vermelha (2014), entende-se por primeiros socorros:

[...] as ações iniciais aplicadas às vítimas em situação de emergência (acidentes, mal súbito), no local em que ocorreram ou se manifestaram, que tem por finalidade manter a vida, sem provocar novas lesões ou agravar as já existentes, até a chegada do socorro qualificado ou ao recurso hospitalar adequado.

Tais ações possuem como finalidade salvar a vida da vítima, prevenir danos maiores, manter a segurança durante o atendimento de modo a prevenir novos acidentes, bem como transportar adequadamente a vítima, se for o caso.

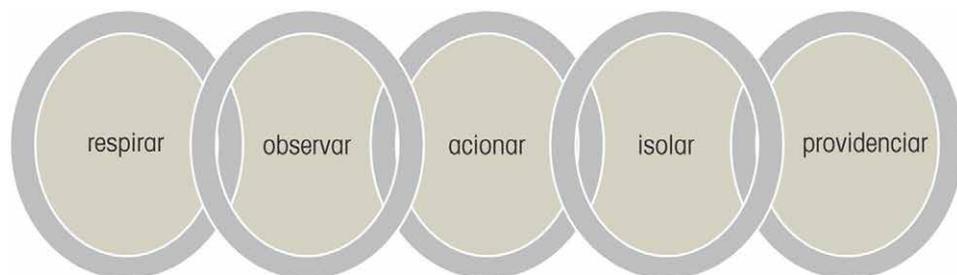
A intenção aqui não é aprofundar no processo de primeiros socorros, por entender que se trata de um tema complexo que envolve, dentre outros aspectos, treinamento prático. Pretende-se apenas consolidar alguns conceitos teóricos importantes para a atuação de um condutor.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005, p. 135) a primeira atitude em caso de acidentes deve ser a verificação se o local está seguro para a vítima receber os primeiros socorros, em seguida fazer a avaliação geral.

Os três passos para avaliar uma cena de emergência são:

- 1) qual a situação atual?
- 2) para onde vai?
- 3) o que fazer para controlá-la?

Figura 19 – Etapas básicas em primeiros socorros



Fonte: Enfermagem Offshore (adaptação do IABS)

Caso a situação exija o acionamento de apoio, isso deve ser feito com a maior brevidade. Nesse processo, o solicitante deve se identificar, dizer com detalhes o local exato da emergência, fazer breve descrição do ocorrido e informar o número total de vítimas e as condições que elas se encontram.

A avaliação inicial da vítima, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005), deve envolver os seguintes passos:

1. RESPIRAÇÃO – verificar vias aéreas (obstruções):
 - a) caso a vítima não esteja respirando, é importante a realização de respiração boca a boca;
 - b) se não houver reação, faz-se necessário fazer uma reanimação cardiopulmonar.

Figura 20 – Respiração boca a boca



Fonte: Brasil, 2005

Figura 21 – Reanimação cardiopulmonar



Fonte: Brasil, 2005

2. CIRCULAÇÃO – verificar hemorragias:

- a) em caso de corte profundo, é necessário estancar o sangramento;
- b) nas hemorragias internas, levar a vítima o mais breve possível para um hospital.

3. RESPOSTAS NEUROLÓGICAS – checar consciência: é importante imobilizar a vítima e levar o mais breve possível para um hospital.

4. EXPOSIÇÃO:

- a) em caso de entorses, gelo e água fria são importantes para diminuir a dor e diminuir o inchaço;
- b) caso haja fratura, o membro deve ser imobilizado;
- c) em caso de excesso de calor, insolação, queimaduras: é importante hidratar a vítima, acomodá-la na sombra, aplicar compressa de água, se possível, e procurar ajuda especializada;
- d) picadas de animais peçonhentos: identificar o animal que causou o acidente. Deve-se limpar o local com água e sabão e levar a pessoa o mais rápido possível para tomar o soro antiofídico;
- e) ainda são possíveis picadas de insetos, arranhões, carrapatos etc. Deve-se atentar para as reações e procurar ajuda médica.

Por fim, ressalte-se a importância que o condutor tenha sempre um kit básico de primeiros socorros. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2005, p. 147), os itens fundamentais desse kit são:



Fonte: imagem da internet (<http://www.rdmais.com/>)

- a) esparadrapo largo (preferencialmente antialérgico);
- b) gaze, vários pacotinhos individuais;
- c) faixa crepe de 8 ou 10 cm de largura;
- d) água oxigenada, água boricada e(ou) soro fisiológico;
- e) cotonetes;
- f) sabonete;
- g) pinça;
- h) tesoura;
- i) luvas descartáveis;
- j) lápis e caderneta para anotações;
- k) seringa esterilizada para lavar ferimentos;
- l) se possível, colar cervical e talas.

3.4 A Importância do Tema para o Condutor

A atuação do condutor de turismo em ambientes naturais é essencial para os turistas e visitantes, seja pelas questões relativas a segurança ou, ainda, pelo enriquecimento da experiência turística.

Ter conhecimento sobre as normas relativas ao tema, bem como as competências e técnicas para condução de grupos, é fato imprescindível para a profissionalização dos trabalhos desenvolvidos pelos participantes. Durante a realização desse módulo, observou-se bastante interação entre os participantes e o instrutor, pois são temas presentes no dia a dia dos participantes.

Por lidarem diretamente com pessoas de diferentes características, é muito importante que os condutores saibam se comunicar e descubram as suas habilidades pessoais, possibilitando uma maior interação e respeito entre eles e os turistas. Além de terem o papel de comunicadores, por meio de informações técnicas e caracterização do ambiente que eles conduzem, eles são agentes multiplicadores.

A compreensão de técnicas de orientação e navegação, assuntos abordados nos cursos, mas não detalhados neste livro, é também importante para os guias e condutores, mesmo que a grande maioria dos participantes realize as suas atividades em locais já visitados continuamente. O entendimento de cartas topográficas e a utilização de bússola faz-se necessário, uma vez que as atividades dos guias e condutores de espeleoturismo são realizadas em áreas naturais que, muitas das vezes, não tem acesso aos equipamentos de GPS de navegação.

Nesse módulo, foi reforçado pelo instrutor questões ligadas a legislações de ambientes naturais, sendo importante o entendimento de quais são as áreas de preservação permanente, as categorias de manejo de unidades de conservação e quais os usos que estas categorias permitem.

Entende-se assim, que a exploração turística de atrativos naturais, envolvem práticas de mínimo impacto a serem adotadas pelos condutores e pelos guias, além de exigirem competências mínimas para esses profissionais, bem como utilização de normas técnicas que aumentam a segurança do serviço ofertado.

Uma das competências de grande seriedade também abordada no módulo e citada de maneira breve neste livro são as práticas de resgate e primeiros socorros. É muito importante que o guia e o condutor de espeleoturismo saibam fazer uma avaliação da cena, com os seus perigos imediatos à vida, como parada cardiorrespiratória, obstrução de vias aéreas, hemorragias, queimaduras, casos de envenenamento e intoxicações, emergências clínicas, traumas, técnicas de imobilizações e como se dá o transporte de vítimas.

Mesmo entendendo que, para um treinamento completo nesse tema se faz necessária uma carga horária maior e mais detalhada, o curso teve como objetivo passar conhecimentos básicos relacionados a práticas de resgate e primeiros socorros de forma que, possibilite aos participantes salvar vidas em caso de acidentes durante uma condução, bem como identificar situações a fim de auxiliar o trabalho dos socorristas profissionais.

Tendo a segurança como peça elementar nas atividades de turismo realizadas em áreas naturais, durante as aulas foi apresentada a necessidade de elaboração de um plano de gestão de risco para cada atrativo explorado, bem como realizado uma simulação de tal plano com os participantes.

3.5 Relato da experiência

Durante as aulas do Módulo II, o método utilizado para as instruções e repasse de conhecimento seguiu um padrão, mesclando aulas expositivas dialogadas com o uso de recursos audiovisuais e aulas práticas, sendo realizadas atividades de educação ambiental, integração entre o grupo, atividades de navegação e direcionamento utilizando bússolas. Além disso, foram feitas atividades de simulação de resgate e primeiros socorros, com dinâmicas em grupo e oficinas práticas de técnicas de imobilizações, Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e transporte de vítimas com prancha rígida.



Figura 22: Aulas teóricas/práticas



Foto: Patrícia Reis

Em todas as turmas, percebeu-se uma heterogeneidade relacionada aos conhecimentos dos temas abordados nesse módulo, como também a aplicação destes no dia a dia do trabalho dos guias e dos condutores de espeleoturismo.

Esse módulo do curso objetivou despertar nos participantes a importância da profissionalização do trabalho do condutor e do guia de espeleoturismo ou de áreas naturais, buscando apresentar as normas técnicas adequadas e de mínimo impacto, equipamentos e comportamentos necessários para condução de grupos, bem como práticas de sensibilização e educação ambiental, apresentação, postura pessoal e legislação relacionada a profissão.

As atividades práticas executadas merecem ser destacadas, pela sua relevância para o módulo.

Após a explicação em aula expositiva sobre a utilização de bússolas e mapas, os participantes foram separados em equipes e receberam uma cópia de carta topográfica da região de Lagoa Santa/MG, bem como uma bússola plana. A utilização da bússola foi praticada em três pistas com cinco pontos de controle. Antes da realização dessa atividade prática foi feito a aferição de passo dos participantes, que consiste em cada aluno aferir o tamanho de sua passada para utilização na pista de navegação.

Figura 23: Aula de Orientação



Foto: Patrícia Reis

Figura 24: Aula de Navegação



Foto: Patrícia Reis

Cada equipe recebeu então a instrução inicial da pista com informações de azimute e distância em metros que levavam ao próximo ponto de controle. As equipes se organizaram e cada participante pôde utilizar a bússola para determinar a direção do próximo ponto. Com o uso de regra de três simples, foi possível converter a distância em metros para passos e, assim, atingir o próximo ponto.

Durante as aulas dos temas relacionados a resgate e primeiros socorros, aulas expositivas focaram o conteúdo apresentado em apostila, incluindo algumas referências como protocolos de atendimento de emergências. As dinâmicas realizadas tiveram funções específicas no processo de aprendizado e no desenvolvimento do conteúdo, ora servindo para introduzir o tema, ora para ajudar no processo de compreensão do que foi apresentado nas aulas expositivas.

Figura 25: Práticas de resgate e primeiros socorros



Foto: Patrícia Reis

Outro tema não menos importante abordado no módulo foi a gestão do risco, tendo os participantes elaborado um plano de risco para os atrativos naturais que operam.

Cada grupo elaborou e apresentou a análise preliminar dos riscos, tendo sido levantados os riscos de acontecimentos que poderiam ser encontrados em áreas naturais especialmente nas cavernas.

No último dia, foi realizada uma dinâmica com o fim de ativar e debater sobre confiança, no início das atividades práticas. Posteriormente, foi feita uma apresentação técnica sobre equipamentos para caminhada e os dez itens essenciais para qualquer atividade que envolva caminhadas em ambiente natural. Durante a apresentação, foram abordados alguns cuidados, como a forma de armazenagem e limpeza de alguns equipamentos, assim como questões de segurança relacionadas ao uso desses equipamentos.

Por fim, os participantes foram separados em grupos que se alternaram na simulação de condução de um grupo. Nesse momento, foi possível observar a postura e o desenrolar da atividade, desde o momento de preparação, o desenvolvimento e o encerramento do guiamento.

Após a prática de condução foi realizado um simulado de retirada de vítima acidentada, utilizando a bússola para navegação e direcionamento, a fim de precisar a localização da vítima.

Nessa última prática, os participantes utilizaram técnicas de imobilização de membros e de uso de prancha rígida e colar cervical, em que todo o grupo se dividiu em trechos para carregar a vítima em prancha rígida, levando até o ponto de encontro no qual estava sendo simulada a chegada de uma ambulância especializada para transporte da vítima resgatada até uma área hospitalar.

Além das atividades supracitadas, considera-se importante citar duas dinâmicas implementadas. A dinâmica do “Isso não é meu – De quem é?”, em que o instrutor faz um círculo com o grupo e vai “jogando” um papel embolado para alguns e estes ficando com o papel ou jogando para outro participante. Essa atividade dá ênfase às dificuldades e às barreiras que podem ser criadas em função de uma comunicação ruidosa, do comportamento dos interlocutores, das capacidades de relacionamento interpessoal e de codificação de uma mensagem.

E a dinâmica das três ilhas, na qual se separa o grupo em três grupos menores, sendo cada grupo com uma característica, um grupo não pode falar, outro grupo não pode ver e o terceiro não consegue andar e eles precisam cumprir uma meta e conseguir se comunicar. Essa atividade configura um exercício de planejamento e execução de uma tarefa específica. Nessa atividade, pôde ser trabalhada a noção de planejamento, execução, trabalho em equipe, além do reforço nas questões focadas nas barreiras de comunicação e problemas decorrentes destas barreiras. Nas discussões em sala de aula referente à dinâmica adotada, reforçou-se as dificuldades de comunicação e de relacionamento interpessoal e como isso pode contribuir positiva ou negativamente para execução de uma tarefa.



Figura 26 - Dinâmica três ilhas



Foto: Patrícia Reis

Figura 27 - Dinâmica do “Isso não é meu – De quem é?”



Foto: Patrícia Reis

A importância dos tópicos abordados no segundo módulo dos cursos para as atividades realizadas pelos participantes ficou explícita no resultado da avaliação entregue pelos participantes. Nas avaliações entregues, além de ressaltada a qualidade do conteúdo e dos instrutores, bem como da formatação didática das aulas e da apostila entregue, as atividades práticas foram avaliadas de maneira positiva, por serem passíveis de aplicação nas atividades diárias de um guia ou condutor.

Figura 28 - Atividades práticas



Foto: Patrícia Reis

Figura 29 - Atividades práticas



Foto: Patrícia Reis

Figura 30 - Atividades práticas



Foto: Patrícia Reis

Depoimento:

“O curso de primeiros socorros foi muito válido, está sendo muito válido, não é? A gente está aprendendo muito... eu não sabia lidar com uma pessoa que se acidentasse na caverna.”

(Carolina Cirino, de São Desidério/BA, participante do curso no Médio São Francisco)



4. TURISMO E SUSTENTABILIDADE

4.1 Aspectos Introdutórios

Nas últimas seis décadas, a atividade turística vem experimentando contínua expansão e diversificação, tornando-se um dos setores econômicos que mais crescem no mundo (OMT, 2014).

Trata-se, no entanto, de uma atividade econômica complexa, não apenas pela grande quantidade de elementos que a compõem, mas também pelo número de setores econômicos envolvidos no seu desenvolvimento (SANCHO, 1998).

Segundo a OMT, entende-se por turismo as “atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros” (SANCHO, 1998).

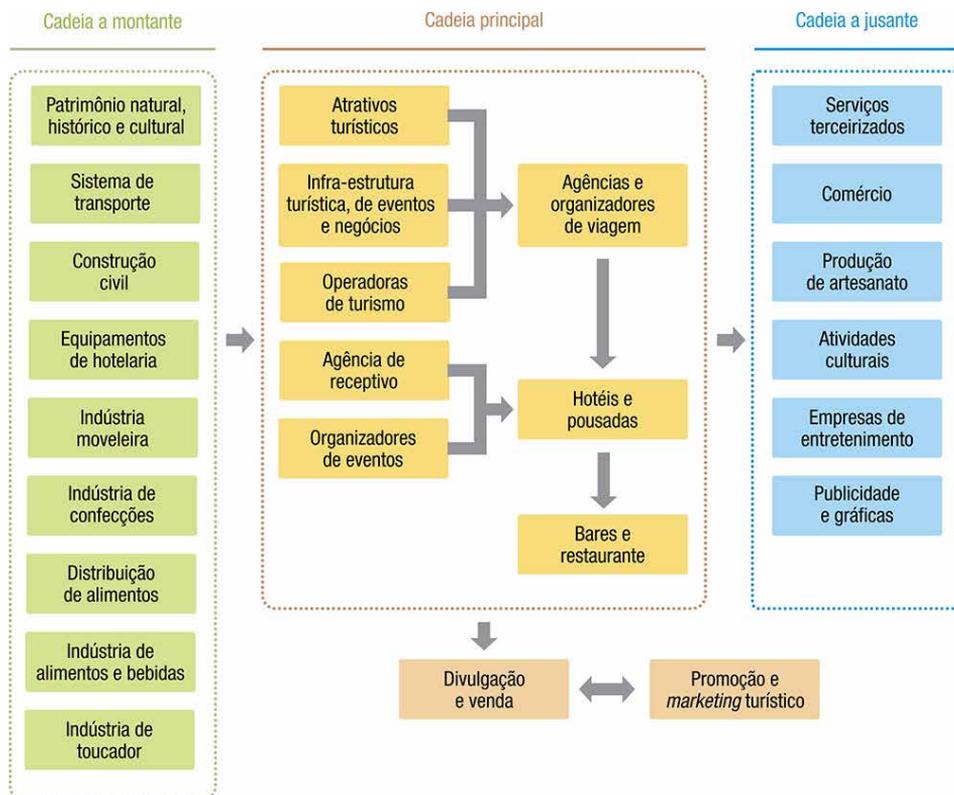
A capacidade do turismo de contribuir e dinamizar a economia de um local está associado a esses elementos: um turista movimenta divisas, ou seja, leva recursos financeiros de um determinado local para outro, bem como utiliza (e, na maioria das vezes, paga por isso) uma série de serviços e equipamentos do local visitado.

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2009, p. 13), a atividade turística é um “fenômeno econômico e social, formado por um conjunto de bens tangíveis e intangíveis”, interagindo com as vontades do viajante durante seu tempo livre e permanência voluntária fora do local de residência. Tem a capacidade, portanto, de promover a integração entre povos e culturas.

Para a atividade turística se desenvolver, é necessário um conjunto de serviços, estrutura, atividades, bem como políticas públicas adequadas, capazes de manter a organização e regulação do setor. Ao viajar, um turista utiliza, por exemplo, um meio de transporte para chegar ao local; visita atrativos turísticos; necessita de um local

para se alimentar e dormir; compra artesanatos locais etc. A chamada cadeia produtiva do turismo envolve, portanto, um conjunto de empresas, organizações e pessoas articuladas cujos produtos e serviços são articulados entre si, como elos de uma mesma corrente.

Figura 31 – Cadeia Produtiva do Turismo



Fonte: Sebrae, 2008 (adaptação IABS)

O produto turístico é a conexão de atrativos, serviços e facilidades, comercializado de forma organizada ao turista. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007b, p. 17), considera-se produto turístico o “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos, acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço”.

4.2 Os impactos do turismo e a sustentabilidade

Vale destacar que o impacto econômico do turismo não está restrito a apenas pessoas e(ou) empresas diretamente ligadas a essa atividade. De maneira indireta, o turismo

movimenta também outros setores da economia, por meio do chamado efeito multiplicador. Isso por que o “aumento da demanda para os bens ou serviços produzido pelo setor gera, por sua vez, um aumento da demanda por bens e serviços de outros setores, que são necessárias para a sua produção” (SANCHO, 1998, p.18). Sendo assim, um hotel que vê sua demanda crescer precisa, por exemplo, aumentar a quantidade de produtos do café da manhã, reabastecer os estoques, aumentar o consumo e gasto com energia elétrica e gás, dentre outros, o que faz com que movimente outras áreas da economia.

Os números do setor são surpreendentes. Segundo a OMT (2014), o turismo é responsável por 9% do Produto Interno Bruto (PIB) Mundial, considerando os setores direta e indiretamente ligados, bem como os induzidos pela atividade. É ainda responsável por um em onze postos de trabalho e gera US\$ 1.4 trilhões em exportações, o que representa 6% do total de exportações no mundo. No que diz respeito ao fluxo, o número de turistas internacionais passou de US\$ 25 milhões em 1950 para mais de US\$ 1 bilhão em 2013. A expectativa é que as chegadas internacionais de turistas cresçam 3,3% ao ano, chegando a 1,8 bilhões em 2030 (OMT, 2014).

Figura 32 – Importância do turismo na economia mundial



Fonte: OMT, 2014 (adaptação do IABS)

De acordo com a OMT (2014), um número crescente de destinos ao redor do mundo vem investindo no setor como um dos principais impulsionadores do progresso socioeconômico, por meio da criação de empregos e empresas, bem como do desenvolvimento da infraestrutura.

Atualmente, a França é o país que mais recebe turistas internacionais, tendo recebido cerca de 80 milhões de pessoas em 2013. Os Estados Unidos e a Espanha aparecem logo em seguida, com 69,8 e 60,7 milhões, respectivamente. Já considerando a receita internacional gerada pelo turismo, os Estados Unidos ocupa o primeiro lugar,

com US\$ 139.6 bilhões, seguido pela Espanha, com US\$ 60.4 bilhões, e a França, com US\$ 56.1 bilhões (OMT, 2014).

Tabela 8 – Chegada de turistas internacionais e receitas geradas

Países	Milhões (US\$)		Variação (%)	
	2012	2013	12/11	13/12
1) França	83.0	...	1,8	-
2) Estados Unidos	66.7	69.8	6,3	4,7
3) Espanha	57.5	60.7	2,3	5,6
4) China	57.7	55.7	0.3	-3,5
5) Itália	46.4	47.7	0,5	2,9
6) Turquia	35.7	37.8	3,0	5,9
7) Alemanha	30.4	31.5	7.3	3,7
8) Reino Unido	29.4	31.2	-0.1	6,4
9) Rússia	25.7	28.4	13.5	10,2
10) Tailândia	22.4	26.5	16.2	18,8

Fonte: OMT, 2014 (adaptação do IABS)

Tabela 9 – Receitas geradas pelo turismo internacional

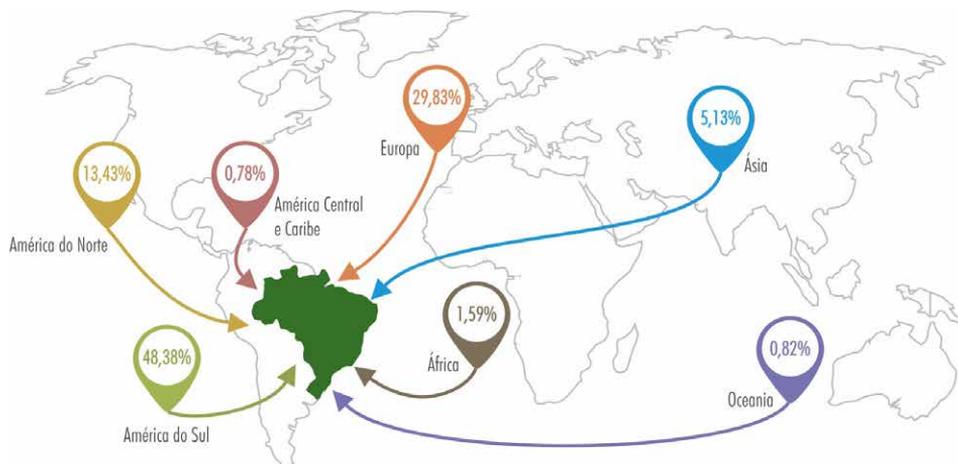
Países	US\$				Moeda local	
	Bilhões		Variação (%)		Variação (%)	
	2012	2013	12/11	13/12	12/11	13/12
1) Estados Unidos	126.2	139.6	9,2	10,6	9,2	10,6
2) Espanha	56.3	60.4	-6,3	7,4	1.5	3,9
3) França	53,6	56.1	-2,2	4,8	6,0	1,3
4) China	50.0	51.7	3,2	3,3	0,8	1,4
5) Macau (China)	43.7	51.6	13,7	18,1	13,2	18,1
6) Itália	41.2	43.9	-4,2	6.6	3,8	3,1
7) Tailândia	33.6	42.1	24,4	24,4	26,7	23,1
8) Alemanha	36.1	41.2	-1,9	8.1	6,3	4,5
9) Reino Unido	36.2	40.6	3,3	12,1	4,8	13,2
10) Hong Kong (China)	33.1	38.9	16,2	17,7	15,8	17,7

Fonte: OMT, 2014 (adaptação do IABS)

No Brasil, a participação do turismo representa cerca de 3,7% do PIB nacional, segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2013). Apesar do grande potencial do país, os números relativos ao fluxo de turistas internacionais ainda são modestos: em 2012, o Brasil recebeu aproximadamente 5,6 milhões de turistas (OMT, 2013). Espera-se que, em 2014, esse número sofra um acréscimo considerável, em função da realização da Copa do Mundo FIFA de futebol no país.

O principal continente emissor de turistas para o Brasil é o sul-americano, com geração de quase metade de todo o volume de turistas estrangeiros recebidos (48,38%). A Europa e a América do Norte, com 29,83% e 13,43%, respectivamente, mantêm uma participação expressiva. A Ásia, com 5,13%, ainda tem pouca representatividade, apesar do crescimento econômico da China, Índia e Indonésia (BRASIL, 2013).

Figura 33 – Mapa do fluxo turístico internacional para o Brasil (ano 2011)



Fonte: Brasil, 2014 (adaptação do IABS)

É importante pontuar que, além dos benefícios econômicos, o turismo pode contribuir ainda com aspectos culturais, sociais e ambientais de uma localidade, por meio da valorização de elementos e por se configurar em um aliado à conservação e respeito ao meio ambiente.

Conforme já abordado no capítulo anterior, o turismo pode ser uma ferramenta importante de conservação dos espaços naturais, valorização da cultura local e difusão de práticas sustentáveis.

No entanto há de se atentar também para os impactos negativos que a atividade pode gerar, como a utilização massiva de ambientes naturais frágeis acarretando degradação; a perda da autenticidade da cultura local; a ausência de perspectivas para grupos que não se beneficiam diretamente da atividade; dentre outros.

Nesse contexto, o conceito de turismo sustentável vem ganhando espaço. Tal conceito tem origem no termo desenvolvimento sustentável, uma vez que o turismo é uma atividade econômica em constante expansão e que afeta diferentes áreas – ambiental, social, econômica e cultural –, que podem sofrer impactos negativos, comprometendo-as para as gerações futuras. Segundo a OMT (2009), o turismo sustentável deve:

- a) fazer melhor uso dos recursos ambientais, ajudando a conservar a natureza e a biodiversidade;
- b) respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades, apoiando a conservação dos seus valores e modo de vida tradicionais, contribuindo também para a compreensão, o respeito e a tolerância entre diferentes culturas;
- c) certificar viabilidade das operações econômicas em longo prazo, proporcionando benefícios socioeconômicos para todos os envolvidos, distribuídos de forma justa, incluindo empregabilidade estável e geração de renda.

O turismo sustentável pode ser entendido como:

[...] a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro. (OMT, 1999).

Figura 34 - Pilares da Sustentabilidade



Fonte: IABS

A sustentabilidade no turismo deve-se pautar em três pilares essenciais: econômico, social e ambiental. Alguns autores acrescentam ainda os pilares cultural e político.

A adoção de práticas sustentáveis pode, portanto, ser aplicadas em diversos segmentos turísticos e não apenas naqueles ligados ao espaço natural, como o ecoturismo e o turismo de aventura.

Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), diversas organizações vêm pesquisando e analisando formas de operacionalizar o turismo sustentável no Brasil, como o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável. Tal conselho propõe a adoção de sete princípios técnicos para que a atividade se desenvolva de maneira sustentável:

- 1) respeitar a legislação vigente;
- 2) garantir os direitos das populações locais;
- 3) conservar o meio ambiente natural e sua diversidade;
- 4) considerar o patrimônio cultural e valores locais;
- 5) estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos;
- 6) garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes;
- 7) estabelecer o planejamento e a gestão responsável.

4.3 Planejamento e Gestão do Turismo

Para estruturar o turismo de forma sustentável, mitigando os impactos negativos que a atividade pode gerar, bem como potencializando os seus benefícios, é fundamental que se desenvolva de maneira planejada.

Cabe pontuar que o planejamento é um processo contínuo e dinâmico e consiste no estabelecimento de um referencial futuro e definição de um conjunto de ações integradas, coordenadas e orientadas para o alcance dos objetivos propostos.

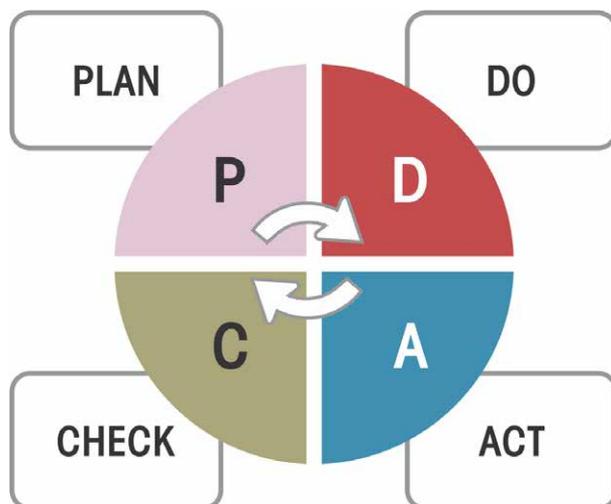
Segundo Sancho (1998), a adequada otimização dos recursos de um território e o planejamento das ações necessárias, bem como das estratégias de promoção e comercialização, podem fazer a diferença na obtenção de um produto competitivo.

Barreto (2009, p. 41), considera que

Planejar turismo significa planejar para todos os envolvidos no fenômeno: os que realizam turismo (os turistas) – que são pessoas que muitas vezes sonharam a vida inteira com essa viagem –, os empresários que a comercializam, os que atendem às diversas instalações no local de estada, como os funcionários desses estabelecimentos, sem esquecer os moradores locais que não estão ligados à atividade turística, mas que compartilham o espaço físico e social com os visitantes e o próprio espaço físico que tem uma capacidade limitada.

Para o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007), é imprescindível a realização de um planejamento integrado para promover a sustentabilidade no turismo. Ainda segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2007, p.87), o “planejamento pressupõe o conhecimento sobre a realidade e as escolhas dos meios mais adequados para transformá-la, sendo necessário traçar os caminhos a serem percorridos e as providências necessárias para atingir os objetivos desejados”. O planejamento envolve ainda a monitoria, análise e avaliação da sua execução.

Figura 35 – PDCA



Fonte: Rodrigues, 2008 (adaptação do IABS)

Nesse contexto, uma das ferramentas de gestão mais utilizadas, que também pode ser aplicada ao planejamento turístico é o Ciclo PDCA, que significa em inglês: Plan (planejamento), Do (execução), Check (checagem, controle ou verificação) e Act (ação).

Percebe-se que o ciclo é contínuo, ou seja, as atividades de planejar, executar, controlar e agir devem estar acontecendo continuamente a fim de que as mudanças efetivamente aconteçam.

Tendo em vista o exposto, é importante que o planejamento turístico considere as etapas do PDCA. Vale destacar, no entanto, que a definição das estratégias de desenvolvimento de um destino turístico deve se fundamentar na oferta e na demanda turística, parte fundamental do planejamento turístico.

A oferta turística de um destino engloba o somatório de bens e serviços diretos e de apoio que podem ser oferecidos ao turista ou que possam ser úteis durante a sua estadia. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 13), a oferta turística pode ser entendida como tudo aquilo que o local tem para oferecer aos seus turistas atuais e potenciais, sendo representada por uma gama de atrações, bens e serviços que determinarão a preferência do visitante.

O conhecimento e mapeamento da infraestrutura, do conjunto de bens, serviços, equipamentos e atrativos turísticos é passo básico no processo de planejamento.

Sem o conhecimento da oferta existente, não é possível ter uma visão clara do território e dos recursos disponíveis para o turismo.

A oferta turística envolve, portanto, desde os serviços e equipamentos de hospedagem, gastronomia, agenciamento, comércio, transporte, eventos, dentre outros, até aspectos de infraestrutura, como meios de acesso e sistema de comunicação, além de, é claro, os atrativos turísticos – sejam eles naturais, culturais, de natureza técnica, científica ou artística, bem como aqueles relacionados a eventos programados.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2006) orienta que o mapeamento da oferta seja feito por meio de um inventário da oferta turística. Segundo o ministério, o inventário permite a identificação e quantificação dos atrativos, equipamentos e serviços, além de subsidiar, a partir dos dados gerados, a sua análise e qualificação, possibilitando o planejamento e a definição das políticas de turismo com mais segurança e eficácia (BRASIL, 2006).

Já o conceito de demanda turística está associado ao processo de tomada de decisão e de comportamento do turista. Para Sancho (1998, p.61) apud Mathieson e Wall (1982), a demanda turística é “o número total de pessoas que viajam ou querem viajar, para desfrutar das instalações e serviços turísticos em lugares diferentes o local de trabalho e residência”.

Nesse contexto, pode-se considerar a existência de uma demanda efetiva ou atual, que é o número de pessoas que efetivamente viajam, bem como uma demanda potencial, ou seja, aquelas pessoas que poderiam viajar a um determinado local, mas não o fizeram por motivos diversos.

Conhecer a demanda significa conhecer o perfil do cliente atual, bem como dos clientes potenciais. Nesse contexto, é importante considerar, além do próprio turista, aqueles agentes intermediários (que fazem a ponte entre o produto e o turista final), como as operadoras e as agências de turismo.

Para o planejamento adequado de um destino turístico, considera-se importante:

- a) conhecimento da oferta e demanda turística;
- b) determinação da posição turística atual, analisando forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (FFOA);
- c) determinação das estratégias de desenvolvimento;
- d) definição dos mercados-alvo;
- e) detalhamento de tais estratégias por meio de programas, projetos e ações;
- f) constante monitoramento e avaliação da implementação das estratégias.

Figura 36 – Etapas do planejamento turístico



Fonte: IABS

Aqui, cabe detalhar um pouco a definição da análise FOFA, do inglês SWOT⁴. Trata-se de uma ferramenta simples de análise de cenário, podendo ser utilizada para posicionar ou verificar a posição estratégica de destinos turísticos.

Figura 37 – Matriz SWOT

		CONQUISTA DO OBJETIVO	
		Ajuda	Atrapalha
ORIGEM DO FATOR	INTERNA	F Força	F Fraqueza
	EXTERNA	O Oportunidades	A Ameaças

Fonte: Chiavenato, 2003 (adaptação do IABS)

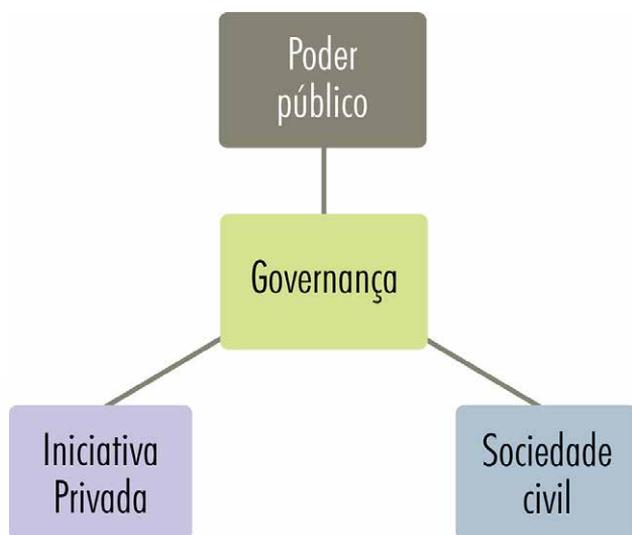
4 SWOT: *strengths* (forças), *weaknesses* (fraquezas), *opportunities* (oportunidades) e *threats* (ameaças).

Identificar e entender os quatro fatores (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças) proporciona o conhecimento do cenário de um destino turístico. Após esse conhecimento, é necessário cruzar as oportunidades com as forças e as fraquezas com as ameaças, buscando estabelecer estratégias que minimizem e monitorem os aspectos negativos e maximizem as potencialidades visando à capitalização, ao crescimento, à manutenção e à sobrevivência do destino turístico (DANTAS; MELO, 2008)

Ressalte-se ainda que, em se tratando de destinos turísticos, onde há toda uma cadeia envolvida e impactada com a atividade, é importante que o planejamento turístico seja feito de forma participativa. Segundo Sancho (1998), o planejamento turístico deve envolver uma abordagem mais abrangente, que leve em consideração as necessidades das empresas, dos turistas e das comunidades, de modo a manter uma sinergia entre as variáveis sociais, econômicas e ambientais.

Diante disso, faz-se necessário tratar de um aspecto chave para o desenvolvimento e planejamento da atividade turística: a governança turística. Tendo sua origem no termo “governar”, governança tem a ver com a capacidade de administrar considerando a articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e arranjos institucionais. Como já dito anteriormente, as características interdisciplinares e multisetoriais do turismo demandam que o planejamento e a governabilidade seja integrada e compartilhada entre a cadeia produtiva do turismo de um destino. A governança no turismo tem a ver, portanto, com a formação de redes de cooperação que envolvam o setor público, o empresariado e representantes da sociedade e seus diversos segmentos.

Figura 38- Governança turística



Fonte: IABS

4.4 A Experiência Turística

Por fim, considera-se importante abordar a questão da experiência turística. Atualmente, em razão do aumento da complexidade das diferentes motivações dos turistas, o destino deve proporcionar uma experiência turística de qualidade, caso queira manter a sua competitividade a longo prazo (SANCHO, 1998).

A experiência turística tem a ver com um novo perfil e expectativa dos turistas atuais, que vai além da contemplação passiva dos atrativos e paisagens. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2011), esse novo perfil de turista é ativo e criativo e deseja se sentir um ator importante na construção do destino visitado. Cada vez mais “autônomo e bem informado”, deseja viajar de modo a vivenciar experiências inesquecíveis (BRASIL, 2011).

O turista, cada vez mais, deixa de ser apenas um espectador passando a ter uma postura mais ativa e participante. De acordo com o Ministério do Turismo (BRASIL, 2011b), as raízes do conceito de Economia da Experiência estão ligadas à publicação de dois trabalhos relevantes da área de negócios: o livro *A Sociedade dos Sonhos*, do dinamarquês Rolf Jensen, e o estudo *The Experience Economy*, dos americanos James Gilmore e Joseph Pine.

No turismo, tais conceitos remontam à ideia de que o consumidor estaria transformando-se em um “protagonista de uma estória de viagem”, em busca de vivenciar experiências memoráveis. Nesse contexto, o turismo deveria se desenvolver considerando uma personalização, ou seja, promover a sensação de exclusividade, deixando de ser uma atividade de “interesses gerais” para algo de “interesse especial” (BRASIL, 2011b, p.21).

Pine II e Gilmore (1999) afirmam que os elementos *commodities*, produto (bem físico) e serviço não se sustentam mais na construção de um diferencial competitivo, sendo vulneráveis a cópias e massificação. Nesse sentido, surge em um quarto nível de valor, a “experiência”.

Segundo Trigo (in: Panosso Netto, 2010, p. 35), para que a viagem seja de fato uma experiência, é preciso “superar a banalidade, os aspectos triviais, estereotipados e convencionais e estruturar-se como uma experiência que nasça da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história”.

Acredita-se que, portanto, que, quanto mais a oferta atender às necessidades e às expectativas dos consumidores – diretamente ligado à experiência oferecida –, maior será a competitividade.



4.5 A Importância do Tema para o Condutor

O condutor de turismo tem um papel fundamental no que se refere à qualidade da experiência turística.

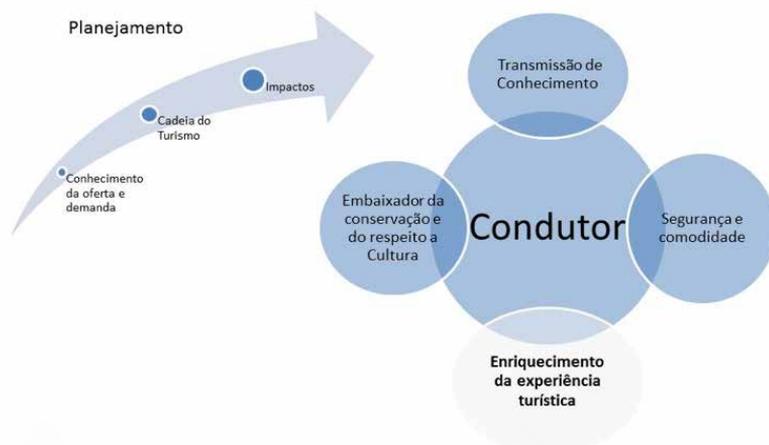
Tal profissional se configura, além de um apoio em situações de dificuldade (por ter habilidades relativas a primeiros socorros, gestão de conflitos, negociações diversas etc.), uma fonte de informação sobre o local visitado. Obter conhecimento sobre os aspectos naturais, culturais, costumes, lendas e tradições de uma localidade fazem da viagem mais enriquecedora e prazerosa.

Por esse motivo, o condutor deve, antes de tudo, ser um estudioso e conhecer o seu território de atuação. Entendendo a dimensão da cadeia produtiva do turismo e da oferta existente, o profissional pode se articular melhor para oferecer um serviço bem estruturado aos turistas. Tendo conhecimento do seu território e conhecendo o perfil do seu visitante, pode agregar valor a experiência, somando, por exemplo, aspectos ligados a cultura local, como artesanato, música, gastronomia e tradições culturais típicas.

Para Ribas e Hickenbick (2012), os condutores ambientais são representantes e valorizadores da cultura local, além de embaixadores da conservação dos locais visitados e de uma nova consciência ambiental dos visitantes. Podem ser vistos como “uma das vias promotoras do ecodesenvolvimento turístico, em contraposição ao turismo de massa” (RIBAS; HICKENBICK, 2012, p. 6).

O condutor é, portanto, um elo da cadeia produtiva do turismo, devendo participar de seu planejamento, sua execução e seu monitoramento, buscando medidas para mitigar os impactos negativos que a atividade pode trazer, assim como potencializar os benefícios.

Figura 39 – Turismo e o condutor



Fonte: IABS

4.6 Relato da experiência

Buscando o entendimento e aplicação prática por parte dos guias e condutores sobre os temas relacionados ao turismo e suas práticas sustentáveis, bem como os cenários turísticos em âmbito nacional e internacional, a gestão do turismo, a oferta e a demanda, além do planejamento e a experiência turística, foi realizado, nas três turmas do curso, aulas expositivas (teóricas), debates e atividades lúdicas, atividades práticas e interatividade.

Os instrutores desse módulo partiram do princípio que o aprendizado é um processo de cooperação e colaboração. Sendo assim, as atividades realizadas nesse módulo partem do conjunto de vivências dos alunos que se integram ao conteúdo programático.

Figura 40 - Apresentação de atividades participantes



Foto: Patrícia Reis

Buscou-se munir os participantes com dados, ferramentas e informações que permitam a reflexão acerca das principais tendências no contexto local, nacional e internacional para construção de novos conhecimentos e melhor entendimento da complexidade do fenômeno turístico em suas dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política.

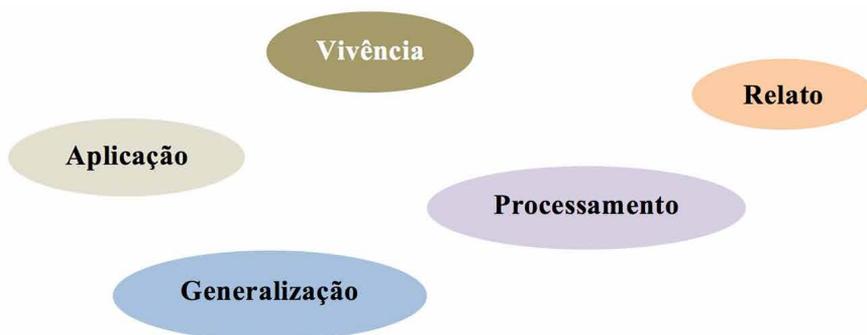
Figura 41 - Apresentação de atividades participantes



Foto: Patrícia Reis

O ciclo da aprendizagem vivencial que foi utilizado para a aplicação das dinâmicas e simulações, bem como no processamento dos conteúdos e resultados desse módulo, ocorre quando uma pessoa se envolve numa atividade, analisa-a criticamente, extrai algum *insight* útil e aplica seus resultados. Certamente, esse processo é vivenciado espontaneamente na vida normal de qualquer pessoa.

Figura 42 – O ciclo de aprendizagem vivencial



Fonte: CD MANUAL CEFE - Jogos de Empresa, Centro CAPE Belo Horizonte

VIVÊNCIA: o primeiro estágio da aprendizagem vivencial é ligado à atividade lúdica.

RELATO: as pessoas, após vivenciarem uma atividade, estão prontas para compartilhar o que viram e(ou) como se sentiram durante o evento. A intenção aqui é tornar disponível para o grupo a experiência de cada indivíduo.

PROCESSAMENTO: é a fase do ciclo conhecido como dinâmica de grupo, na qual os participantes reconstruem os padrões de comportamento, as interações da atividade, a partir de relatos individuais.

GENERALIZAÇÃO: no estágio da generalização, os participantes deverão inferir princípios que poderiam ser aplicados em sua realidade, a partir da atividade. Esse estágio poderá ser aprofundado a partir de algumas estratégias.

APLICAÇÃO: o estágio de aplicação é o propósito para o qual todo o processo é planejado. É o momento em que os participantes transferem as generalizações para a situação real, na qual estão envolvidos. Momento em que os participantes planejam comportamentos mais eficazes.

Durante as aulas expositivas/teóricas, foram realizadas algumas dinâmicas com os participantes. Entre elas, a da “Teia – quem sou eu/apresentação”, que é realizada com a formação de um círculo, no qual um dos participantes pega a ponta de um novelo de cordão, faz a sua apresentação (seu nome, de onde veio, atuação e expectativas) e passa a outro participante o novelo sem largar a ponta e este faz a sua apresentação, segura o fio e atira o novelo para outro, assim sucessivamente até todos se apresentarem. Ao final, tem-se a formação de uma espécie de teia de aranha. Tal dinâmica tem como objetivo ressaltar a importância da união do grupo e do trabalho cooperado.



Figura 43 - Dinâmica da teia – quem sou eu/apresentação



Foto: Patrícia Reis

Entre outras atividades realizadas durante o curso, vale destacar a atividade “O norte/percepção de caminho”, na qual todos os participantes ficaram de olhos fechados, deram uma volta em torno deles e apontaram para a direção que acreditavam ser o norte. Quando todos abriram os olhos, cada um estava apontando para uma direção. A atividade teve a finalidade de demonstrar a percepção do caminho a se seguir (representado pelo norte), buscando ressaltar mais uma vez a relevância da sinergia de ação em torno de objetivos comuns.

Figura 44 - Atividade: O norte/percepção de caminho



Foto: Patrícia Reis

Além das atividades citadas anteriormente, foi realizado a dinâmica conhecida como “Escravos de Jó/ sinergia e cooperação”, que exercitou a liderança e o trabalho em equipe, buscando desenvolver comunicação, cooperação e planejamento entre os participantes.

Como esse módulo exige muitas aulas expositivas, a fim de passar os conhecimentos básicos e teóricos sobre o tema em questão, foram realizadas ainda várias atividades e exercícios em grupo, com o objetivo de possibilitar a aplicação prática do conteúdo ministrado de forma interativa, bem como estimular debates e proposições .

Foram realizadas também pequenas vivências e trabalhos em grupo, fazendo simulações de situações atuais para verificação das melhores práticas e busca de resultados mais efetivos na aplicação do conteúdo no dia a dia.

Durante as aulas de campo, realizadas no último dia de cada curso, foi feita uma visita ao destino receptor do curso (alterando em cada região) para verificação de elementos aplicados em sala de aula.

Nas visitas, foram resgatados os conceitos trabalhados em sala de aula e as principais conclusões para melhorar a experiência dos turistas no trabalho cotidiano dos condutores.

Figura 45 - Visita técnica: Toca da Barriguda, Campo Formoso/BA

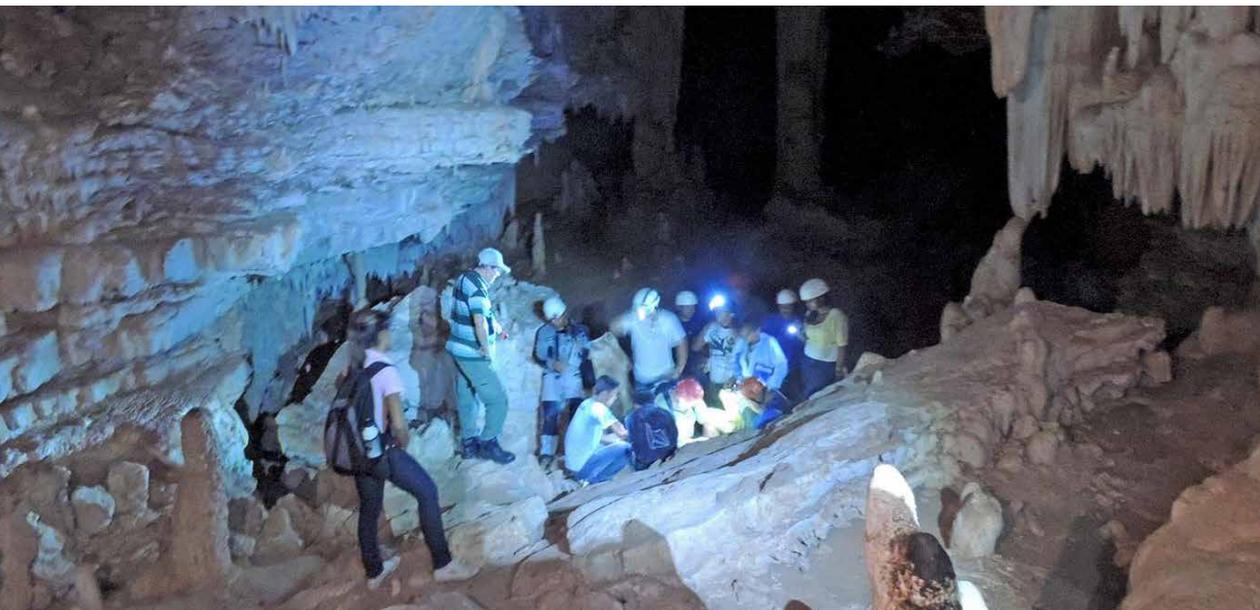


Foto: Patrícia Reis

É interessante observar que os condutores que estavam em seu território de atuação durante as visitas técnicas demonstraram entusiasmo ao apresentar aos outros

participantes o atrativo natural que ele explora, demonstrando ainda uma sensação de pertencimento.

Segundo os alunos, o assunto abordado foi extremamente importante para o entendimento do fenômeno turístico, observando que despertou em muitos deles a visão otimista da atividade e sua perspectiva de crescimento. Os participantes destacaram também a integração entre instrutores e participantes, bem como o material disponibilizado, as aulas expositivas e as dinâmicas realizadas.

Outra observação feita pelos alunos foi a integração e parceria entre os participantes consolidada nesse módulo, por ter sido o último, após outras duas semanas. Com essa interação e criação de amizade entre os participantes, os alunos já buscavam uma continuidade de relação, propondo grupos de *facebook*, *watsapp* e possíveis visitas aos atrativos operados pelos colegas, em suas regiões de origem.

Figura 46 - Turma do ASF



Foto: Patrícia Reis

Depoimento:

“Gostei muito do curso, foi muito proveitoso para mim, eu pude adquirir muito conhecimento.”

(Jessica Silva, participante do curso do Alto São Francisco)



Toca da Barriguda - Campo Formoso/BA

Foto: Patrícia Reis

5. Considerações Finais



Após a realização de todas as etapas do projeto Cursos de Capacitação para Guias e Condutores de Espeleoturismo, bem como a análise das avaliações entregues pelos participantes em todos os módulos, além das reuniões de avaliação com equipe de organização e instrutores, foi possível concluir que o curso atingiu os resultados esperados.

A iniciativa, apesar de atender a uma necessidade eminente dos condutores, se configurou como inovadora, uma vez que, segundo relato dos próprios beneficiários, não existia oferta de cursos com, dentre outros aspectos, configuração, ementa, carga horária, para esse público específico nos territórios onde foram realizados.

O curso se apresenta como básico e procura tratar temas que tenham ligação direta com o trabalho do condutor, com foco final na qualificação da experiência turística em cavernas. O meio ambiente e a espeleologia subsidiam o condutor de informações relacionadas a caverna e seus elementos. No módulo de Noções em Condução e Primeiros Socorros, é possível ter conhecimentos básicos de como proceder em uma visita para dar o máximo de segurança ao turista. E, por fim, o módulo Turismo traz à tona o importante papel do condutor na cadeia do turismo e as ferramentas necessárias para qualificar a experiência turística.

Considera-se que a relação entre os módulos foi absorvida pelos alunos, uma vez que se pode perceber em sala de aula, os *links* feitos pelos alunos entre os módulos 1, 2 e 3, sendo que os dois primeiros foram a base para a formação e a elaboração dos conceitos abordados no último módulo.

O formato de imersão foi um dos pontos altos do curso, citado por diversos participantes. Ele possibilitou que o grupo se conhecesse mais profundamente durante as

três semanas que estiveram juntos, ampliando o senso de equipe e a colaboração entre os participantes. Nesse quesito, como aspectos a melhorar para uma próxima experiência, está a distância do local onde é realizado o curso para os locais de visita técnica, além das condições dos alojamentos, respeitadas as limitações que poderão existir em um próximo projeto.

A qualidade do material de consulta – apostila - também foi citada pelos participantes como um dos aspectos positivos do curso. Em contrapartida, foi colocado pelos instrutores a dúvida em relação à necessidade de se ter o material impresso de maneira gratuita, uma vez que nem todos os alunos tem o devido cuidado com o material.

Outro ponto de convergência entre os alunos está relacionada à qualidade técnica dos instrutores responsáveis pelos módulos do curso. De maneira geral, as considerações foram bastante positivas.

Na região do Baixo São Francisco, apesar do menor número de guias e condutores que trabalhem especificamente com o espeleoturismo, a avaliação do curso foi positiva, sendo considerado formidável ferramenta para despertar o interesse pela espeleologia, bem como ampliar o entendimento sobre importância da conservação desses ambientes.

Algumas lições aprendidas do projeto ficaram registradas e serão importantes para o aprimoramento dos próximos cursos, tais como a necessidade de constante aprimoramento da ementa e dos critérios de seleção; necessidade de fortalecimento do processo de mobilização para o curso; ampliação da sinergia entre os instrutores; melhoria de aspectos logísticos (climatização dos ambientes, distâncias, alojamentos); e ampliação das horas de aulas práticas.

Passaram pela capacitação 83 guias ou condutores de espeleoturismo de três diferentes regiões da bacia do Rio São Francisco, vide área recorte do PAN Cavernas São Francisco, vindos de Carrancas/MG, Belo Horizonte/MG, Serra do Cipó/MG, Pedro Leopoldo/MG, Sete Lagoas/MG, Cordisburgo/MG, Lagoa Santa/MG, Matozinhos/MG, Montes Claros/MG, Januária/MG, Itacarambi/MG, Paracatu/MG, Buenópolis/MG, São Desidério/BA, Iraquara/BA, Paripiranga/BA, Senhor do Bom Fim/BA, Campo Formoso/BA, Barreiras/BA, São Domingos/GO, Dianópolis/TO, Chapada dos Guimarães/MT, Delmiro Gouveia/AL, Pão de Açúcar/AL, Piranhas/AL, Penedo/AL, Canindé/SE, Nossa Senhora do Socorro/SE e Aracaju/SE. Foram 360 horas/aula de formação ao longo de 15 meses (contando período de planejamento), nove visitas técnicas realizadas nas grutas Rei do Mato, da Lapinha e do Maquiné (MG), Toca da Raposa e Pedra Furada (SE), Toca da Barriguda, Gruta da Palmeira, Gruta do Catão, Gruta da Beleza e Gruta do Manoel Lopes (BA).

Um próximo passo importante é o reconhecimento por parte dos órgãos ligados ao espeleoturismo da necessidade de capacitação minimamente básica dos profissionais envolvidos com a atividade, uma vez constatada a complexidade de se realizar visitas turísticas em cavernas.

Nesse contexto, espera-se que essa experiência sirva com base para apoiar no avanço dos programas de capacitação para guias e condutores de espeleoturismo e que o grupo de beneficiários do projeto possa ser alvo de outras iniciativas que estimulem a qualificação da experiência turística nas cavernas brasileiras, abertas à visitação.

Figura 47 - Grupo ASF – Gruta da Macumba (PE Sumidouro) – MG



Foto: Patrícia Reis

Figura 48 - Grupo BSF – RVSE Mata do Junco/SE



Foto: Patrícia Reis

Figura 49 - Grupo BSF – Entrega de certificados



Foto: Patrícia Reis

Figura 50 - Grupo MSF



Foto: Patrícia Reis

Figura 51 - Grupo ASF – Gruta do Maquiné (MONAE Peter Lund) – MG



Foto: Patrícia Reis

Figura 52 - Grupo MSF – Gruta do Catão (PM Lagoa Azul) - BA



Foto: Patrícia Reis

6. Apoiadores



- Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF
- Grupo Espeleológico Centro da Terra - SE
- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF/MG
- Prefeitura Municipal de Campo Formoso/BA
- Prefeitura Municipal de Iraquara/BA
- Prefeitura Municipal de Laranjeiras/SE
- Prefeitura Municipal de São Desidério/BA
- Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – Setur/MG
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Sergipe – Semarh/SE

7. Referências

AMARAL, Carmélia. Ecoturismo e envolvimento comunitário. In: VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Org.). Turismo e Meio Ambiente. Fortaleza: Uece, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE ECOTURISMO E TURISMO DE AVENTURA – ABETA. Manual de boas práticas de competências mínimas do condutor de turismo de aventura. Belo Horizonte: Ed. dos Autores, 2009. 55 p. (Série Aventura Segura).

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama. Resolução Conama nº 347, de 10 de setembro de 2004. Dispõe sobre a proteção do patrimônio espeleológico. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res04/res34704.xml>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm>. Acesso em: 29 jul. 2014.

_____. Lei nº 6938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

- _____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- _____. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm>. Acesso em: 29 jul. 2014.
- _____. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas – Cecav. III Curso de Espeleologia e Licenciamento Ambiental, 2011. 197 p. Apostila. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/images/download/Apostila%20Curso%20de%20Espeleologia%20e%20Licenciamento%20Ambiental.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- _____. _____. _____. Cecav: Nossa História. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cecav/quem-somos.html>> Acesso em: 18 ago. 2014.
- _____. _____. _____. Plano de Ação Nacional para a Conservação do Patrimônio Espeleológico nas Áreas Cársticas da Bacia do Rio São Francisco. Brasília, DF, 2012.
- _____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Agenda 21 Global. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>>. Acesso em: 18 ago. 2014b.
- _____. _____. Apresentação. Disponível em: <[www. http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao](http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao)>. Acesso em: 18 ago. 2014c.
- _____. _____. Cartilha: Noções Básicas para Condução de Visitantes em Áreas Naturais. Brasília, DF, 2005.
- _____. _____. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/sistema-nacional-de-ucs-snuc>>. Acesso em: 22 jul. 2014.
- _____. Ministério do Turismo. Cadernos e Manuais de Segmentação: Marcos Conceituais. Brasília, DF, 2010c. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2014.

- _____. _____. Conteúdo Fundamental: Turismo e Sustentabilidade. 1. ed. Brasília, DF, 2007.
- _____. _____. Economia da Experiência. Brasília: Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/economia_experiencia.html>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- _____. _____. Ecoturismo: orientações básicas. 2. ed. Brasília, DF, 2010.
- _____. _____. Estudos de Caso: Tour da Experiência. Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_de_Caso_Tour_Experiencia.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- _____. _____. Plano Nacional de Turismo 2003–2007. Brasília, DF, 2003.
- _____. _____. Plano Nacional de Turismo 2013 – 2016. Brasília, DF, 2013.
- _____. _____. Projeto Inventário da Oferta Turística. Brasília, DF, 2006.
- _____. _____. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 8 – Promoção e Apoio à Comercialização. Brasília, DF, 2007b.
- _____. _____. Regulamentação, normalização e certificação em turismo de aventura. Relatório diagnóstico. Brasília, DF, 2005. 92 p.
- _____. _____. Turismo de Aventura: orientações básicas. Brasília, DF, 2010b.
- CAMARGOS, Regina M. Unidades de Conservação em Minas Gerais: levantamento e discussão. Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas, 2001.
- CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento Estratégico. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- DANTAS, Nathallye Galvão de Sousa; MELO, Rodrigo de Sousa. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana/PB. Caderno Virtual de Turismo, 2008.
- FERRETI, Eliane. Turismo e Meio Ambiente: uma abordagem integrada. São Paulo: Roca, 2002.
- HOSAKA, Ana Maria da Silva. Unidades de conservação: aspectos históricos e conceituais. In: PHILIPPE JR., A.; RUSCHMANN, D. V. M. (Eds.). Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. Barueri: Manole, 2009. p. 263-300.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE – IABS. Portfólio IABS. Disponível em: <http://iabs.org.br/10anos/wp-content/uploads/2014/05/portfolio_IABS_2014.pdf> Acesso em: 19 ago. 2014.

- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000. 127 p.
- NASCIMENTO, M. A. L.; AZEVEDO, U. R.; MANTESSO NETO, V. Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a conservação do patrimônio geológico. São Paulo: SBGeo, 2008. 84 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. Agenda para planejadores locais: turismo sostenible y gestión municipal. Edición para América Latina y El Caribe. Madri, Espanha: OMT, 1999.
- _____. UNWTO: Tourism Highlights – 2014 Edition. Madri, Espanha: 2014.
- _____. UNWTO: Tourism in the Green Economy – Background Report. Madri, Espanha: 2009.
- PANOSSO NETTO, Alexandre; GAETA, Cecília. Turismo da Experiência. São Paulo: Senac, 2010. PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. The Experience Economy: Work Is Theatre e Every Business a Stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.
- RIBAS, Liz Cristina; HICKENBICK, Claudia. O Papel de Condutores Ambientais Locais e de Cursos de Capacitação no Ecodesenvolvimento Turístico e as Expectativas Sociais no Sul do Brasil. In: Turismo em Análise, 2012. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/238>>. Acesso em: 19 ago. 2014.
- RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; LEMOS, Antônio Carlos Freitas Vale. A Etapa Planejamento do Ciclo PDCA: Um Relato de Experiências Multicasos. XXVIII Encontro Nacional de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_sto_069_496_12017.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- SANCHEZ, Solange Silva. Política de Meio Ambiente no Brasil: a construção da cidadania ambiental. Revista de Ciências Sociais, São Paulo, USP, 6: 20-46, 1999.
- SANCHO, Amparo. Introducción al Turismo. 1. ed. Madri, Espanha: Organización Mundial del Turismo, 1998.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo a ecológica. In: PÁDUA, J. A. (Org.). Ecologia e Política no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, luperj, 1987. p. 63-109.





Responsável



Parceiro



Financiador



Governo dos Estados Unidos da América



Ministério do Meio Ambiente